APAV®

associação portuguesa de Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

ABRIL 2021

RTP NOTÍCIAS

PAÍS

atualizado 27 Abril 2021

Abuso sexual de crianças é o crime mais reportado à APAV

No último ano, a Associação Portuguesa de Apoio à vítima apoiou 432 jovens e crianças vítimas de violência sexual no âmbito do projeto CARE. De acordo com os dados divulgados hoje, 80% das vítimas são de sexo feminino. Quanto aos agressores, são na maioria dos casos da família ou conhecidos do jovem ou da criança.

A área metropolitana de Lisboa é a região onde se registam mais casos de violência sexual contra crianças e jovens.

Carla Ferreira, gestora técnica da rede CARE da APAV, explicou à jornalista Cláudia Godinho que os números têm vindo a aumentar ao longo dos últimos anos e o abuso sexual de crianças é o que crime mais reportado.

Diário de Notícias

APAV ajudou quase 1.600 crianças vítimas de violência sexual nos últimos 5 anos

Nesse primeiro ano foram apoiadas 195 crianças e jovens, tendo o número aumentado para 251 em 2017, 304 em 2018, 417 em 2019 e 432 em 2020, o que significa que entre 2016 e 2020 o número de crianças ajudadas pela APAV através deste projeto aumentou quase 122%.

Lusa
27 Abril 2021 — 12:53

Quase 1600 crianças alvo de violência sexual foram ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos últimos cinco anos, sobretudo raparigas entre os 08 e os 17 anos, na maior parte vítimas de abuso sexual.

Segundo os dados mais recentes do projeto Rede CARE -- Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual, a que a Lusa teve acesso, 1.599 crianças tiveram o apoio especializado da APAV nos últimos cinco anos, 432 delas em 2020, um número que foi sempre aumentando anualmente desde a criação da rede em 2016.

Nesse primeiro ano foram apoiadas 195 crianças e jovens, tendo o número aumentado para 251 em 2017, 304 em 2018, 417 em 2019 e 432 em 2020, o que significa que entre 2016 e 2020 o número de crianças ajudadas pela APAV através deste projeto aumentou quase 122%.

Em declarações à agência Lusa, a coordenadora da rede explicou que, apesar de os crimes de natureza sexual não serem os mais reportados, continuam a ser crimes com "impacto muito significativo não só nas crianças e jovens, mas também nas famílias", defendendo,

no entanto, que estes números demonstram uma maior consciencialização para o problema.

"Passa-se aqui também uma maior sensibilização para esta problemática e uma quebra de barreiras porque normalmente estamos a falar de uma situação de violência muito vetada ao segredo e à manutenção dentro do círculo mais restrito possível", apontou Carla Ferreira, justificando que o aumento no número de crianças apoiadas resulta do trabalho de prevenção feito ao longo destes cinco anos.

Por outro lado, apontou que o facto de as crianças e jovens terem ficado mais tempo em casa, na sequência do confinamento por causa da covid-19, e mais ligadas à internet, também pode explicar o aumento do número de casos sobretudo por causa de crimes como pornografia de menores ou aliciamento de menores para fins sexuais.

A responsável sublinhou que se trata de um fenómeno que "continua e vai continuar a acontecer", e que, frequentemente é perpetrado por pessoas que a criança conhece, "a maior parte das vezes dentro da própria família".

Os dados da APAV mostram que em 51% dos casos, a situação de violência sexual aconteceu dentro da família, sendo que dentro desta percentagem estão casos em que o autor da agressão foi o pai ou a mãe (18,5%), padrasto ou madrasta (12%), avô ou avó (4,6%), tio ou tia (5,3%), irmão ou irmã (2,3%) ou outro familiar (8,2%).

Mesmo quando a agressão se passou fora do seio familiar, o que aconteceu em 40,8% dos casos que chegaram à APAV, houve 12,4% situações em que o agressor era conhecido da criança ou jovem vítimas.

O perfil feito pela APAV mostra que em 79,8% dos casos a vítima era do sexo feminino, contra 19% em que eram rapazes, sendo que em 90,5% dos casos os agressores eram homens.

Já no que diz respeito à faixa etária, houve 262 casos em que as vítimas tinham entre zero e sete anos, 450 vítimas com idade entre os 08 e os 13 anos, outras 577 com idade entre os 14 e os 17 anos, mas também 242 casos em que as vítimas tinham mais de 18 anos, além de outros 68 casos em que não foi possível apurar a idade da vítima.

Por outro lado, os dados da APAV revelam também que nestes cinco anos houve 60 casos em que o agressor tinha menos de 15 anos, a maior parte com ilícitos através da internet, mas também algumas "situações muito pontuais" de agressões sexuais físicas.

Carla Ferreira explicou que nestas situações, de o agressor ter menos de 15 anos, a pessoa não responde criminalmente porque é considerado inimputável em razão da idade e é alvo de um processo tutelar educativo.

"Notamos precisamente parte destas situações a acontecerem muito relacionadas com a partilha de imagens e de algumas situações de 'sextortion' [extorsão através da internet associada à partilha de fotos ou vídeos de cariz sexual], mas estamos a falar de um universo na ordem dos 4% e 5%, não estamos a falar de mais do que isso", adiantou.

Relativamente ao tipo de ato praticado, o relatório da Rede Care mostra que, no caso dos crimes contra a liberdade sexual, houve 8,4% de situações de importunação sexual ou 6,5% violações, enquanto nos crimes contra a autodeterminação sexual a maior parte dos casos (59,8%) foi referente a abuso sexual de criança.

Em 57,3% do total dos casos, os crimes ocorreram de forma continuada e em 76,4% das situações as vítimas denunciaram às autoridades policiais.

ALVORADA
www.alvorada.pt

APAV lança campanha para prevenir burlas durante os Censos 2021

20/04/2021 13:46

A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima lançou uma campanha sobre os procedimentos habituais nos Censos e com conselhos para alertar e prevenir eventuais práticas criminosas que podem acontecer durante este período.

Para tornar o processo mais seguro, a APAV emitiu uma série de recomendações, aconselhando a confirmar a identificação do/a recenseador/a e estar atento a mails ou mensagens electrónicas (SMS) que possam ter natureza fraudulenta. *"Estas recomendações visam alertar a população para situações de burla que podem surgir através do pedido de dados bancários e/ou cobrança de quantias monetárias associadas à participação nos Censos"*, afirma a APAV.

Os Recenseamentos da População e da Habitação - Censos - servem para obter informação estatística actualizada sobre toda a população residente, as famílias e o parque habitacional e a APAV pretende com esta campanha tornar o processo mais seguro. Sobre as diversas fases do processo dos Censos, a APAV lembra que entre 5 e 18 de Abril foram deixadas nas caixas de correio cartas com códigos e palavras-passe únicos, que a 19 teve início a fase de respostas pela internet (até dia 3 de Maio) e que a partir de 31 de Maio decorrerá o contacto presencial dos recenseadores apenas nos alojamentos que não tenham respondido.

"Cada recenseador/a terá um cartão de identificação com o nome e fotografia, o logótipo do INE e a referência ao Censos 2021", informa a APAV nos cartazes elaborados para a campanha,

acrescentando que esta identificação poderá ser confirmada na junta de freguesia, PSP, GNR ou na linha de apoio 210 542 021. Alerta ainda que a resposta aos Censos é gratuita, não havendo lugar a qualquer pagamento, pede para as pessoas não abrirem 'links' de ‘emails’ ou SMS sobre os recenseamentos e que não forneçam qualquer informação sobre os seus dados bancários. Em caso de dúvidas, a campanha da APAV aconselha a consulta do endereço eletrónico censos2021.ine.pt, da linha de apoio 201 542 021, da junta de freguesia ou da PSP ou GNR.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), nas últimas duas semanas, os recenseadores entregaram cerca de 4,5 milhões de cartas com códigos para responder ao inquérito em https://censos2021.ine.pt, cobrindo mais de seis milhões de alojamentos, 1,6 milhões dos quais não são residências habituais. Até às 11h00 de segunda-feira, mais de 90 mil inquéritos tinham sido entregues.

Adultos vulneráveis. Quando um juiz diz a uma vítima que está a depor: “Parece tolinho!”

Estatuto da Vítima estabelece que devem ser tomadas medidas para garantir que todas compreendem e são compreendidas, mas pessoas com défice cognitivo são inquiridas sem ajuda de profissionais especialmente habilitados

Ana Cristina Pereira
3 de Abril de 2021, 7:37

Sentada ao lado de um rapaz que prestava declarações para memória futura, a técnica de apoio à vítima Catarina Neves viu qualquer hipótese de justiça ruir ao ouvir o juiz exclamar: “Parece tolinho!” E quis dizer ao mundo que há que melhorar o modo de inquirir vítimas de crime com défice cognitivo.

O exemplo do rapaz de 22 anos, agredido pela mãe e pelo padrasto, parece-lhe paradigmático. Do processo constava informação psicológica, com as suas dificuldades cognitivas. Esperava, por isso, “que a inquirição se adequasse, quer na forma como seriam elaboradas as questões, quer na sua orientação”.

A diligência *online* “atrasou-se imenso”. Enquanto esperava, o rapaz ouviu as conversas entre o oficial de justiça, os colegas e os magistrados. E foi ficando mais ansioso, até “pela forma irónica e depreciativa como falavam de questões relacionadas com a violência doméstica”. Iniciada a sessão, o juiz pediu-lhe que contasse o que acontecera. Perante uma pergunta tão aberta, começou por falar em aspectos sem relevância processual. O magistrado interrompeu-o, “de forma abrupta e até um tanto agressiva, dizendo-lhe que se focasse no importante”.

A técnica registou como, “durante toda a inquirição, o magistrado foi tecendo juízos de valor. “E o senhor deixou que ele fizesse isso?”, perguntou. “Se não estava bem em casa do seu padrasto, só tinha que se ir embora”, comentou. Sem surpresa, “o discurso da vítima foi ficando mais inseguro e inconsistente na forma

como descrevia as situações de violência". E isso "gerou uma reacção ainda mais indignada do juiz". "O senhor sabe o que está a dizer ou não? Parece tolinho!", exclamou. Perante tais palavras, o rapaz calou-se. Não quis continuar a prestar declarações.

Catarina Neves, directora técnica de uma casa abrigo para vítimas de violência doméstica do sexo masculino, no distrito de Aveiro, admite que as pessoas com deficiência intelectual não são fáceis de inquirir. Têm dificuldade em situar-se no tempo e no espaço. E sabe que, nos tribunais, "é necessário sustentar os factos". Lembra, porém, que desperdiçar o depoimento das vítimas é amiúde desistir de fazer justiça.

Trabalhando na área há mais de 20 anos, a psicóloga reconhece o esforço que tem sido feito na formação de polícias, oficiais de justiça e magistrados. Está convencida de que, "muitas vezes, não é a formação que falha, mas a sensibilidade".

As vítimas mais vulneráveis têm direito a prestar declarações para memória futura, na presença do juiz, o procurador, o advogado do arguido. E nessa diligência, por lei, são acompanhadas por um técnico especialmente habilitado. Era por isso que ali estava, mas não podia abrir a boca, só intervir em situação de crise. A certa altura, ainda tentou elucidar o rapaz sobre o que lhe estava a ser perguntado. O juiz irritou-se. "O senhor olha para mim. O senhor está proibido de olhar para o lado."

Há uma directiva europeia de 2012 que estabelece normas mínimas relativas aos direitos das vítimas de crime. Os Estados-membros tinham limitado o seu entendimento sobre dificuldades de comunicação às barreiras linguísticas e à exigência de intérprete. E a norma veio estabelecer que é preciso atender às características pessoais, como a idade, a maturidade ou a capacidade.

"Temos inquirições feitas por magistrados que não têm qualificações para inquirir estas pessoas e isso tem consequências ao nível da prova recolhida e ao nível do bem-estar da vítima, que acaba por sofrer uma vitimização secundária."
Francisco Marques, coordenador de operações da APAV

A directiva foi transposta para o ordenamento jurídico português em 2015, através do Estatuto de Vítima. Está plasmado que "devem ser tomadas as medidas necessárias para garantir que as vítimas compreendam e sejam compreendidas". Ficou de fora o direito de serem inquiridas por profissionais qualificados para o efeito ou com a sua assistência, lamenta Frederico Marques, coordenador de operações da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Carla Oliveira, secretária-geral da Associação Profissional de Juízes Portugueses, começa por falar na forma como cada um se expressa. Para os adultos com défice intelectual, "o problema pode começar logo na incapacidade de se perceber o que estão a dizer, o que leva à necessidade de um intérprete" - às vezes, só os cuidadores entendem a sua forma particular de comunicar. Depois, foca-se na capacidade de entendimento. "Se não percebem o que lhes é perguntado, tenho dúvidas que possam prestar declarações." No concreto, explica, os envolvidos devem questionar-se: "Isto é um depoimento essencial ou não?" Sendo uma testemunha lateral, até pode ser possível dispensá-la sem prejuízo. Sendo essencial, pode ser feita uma perícia para avaliar a sua capacidade para prestar declarações.

"Idealmente, seriam técnicos com formação específica a fazer a entrevista", defende Catarina Ribeiro, técnica do Instituto Nacional de Medina Legal e Ciências Forenses e professora da Universidade Católica com larga experiência e vasta investigação. Em vários países, o juiz preside à diligência, mas as perguntas são colocadas por um técnico. Em Portugal, a função do técnico depende do juiz presidente. "No entendimento da maior parte dos juízes, o técnico está ali como figura de corpo presente." Conhece histórias terríveis, "situações em que se começa um questionamento muito desadequando e quando a testemunha está muito alterada é que se diz que o psicólogo pode intervir, mas aí já é difícil ou mesmo impossível" salvar o depoimento.

Há uma mudança em curso. "Cada vez mais é pedido a técnicos que acompanhem as vítimas de violência doméstica ou de violência sexual, seja na inquirição pelo Ministério Público, na inquirição para memória

futura ou na audiência de julgamento", torna Frederico Marques. "Na prática, caso a caso, tentamos combinar com os magistrados qual é o limite da intervenção do técnico. Há magistrados que pedem que o técnico avise se a vítima precisa de fazer uma pausa. Tem acontecido, mais com crianças, pedirem que ajude a colocar alguma questão mais difícil."

Parece-me que muitas vezes não é a formação que falha mas a sensibilidade.
Catarina Neves, técnica de apoio à vítima

A comarca de Braga está entre as que revelam essa abertura. Cláudia Rocha, técnica da APAV, dá o exemplo de uma criança com défice cognitivo. "Em tribunal, ficou com dificuldade em relatar os factos. Pediram-me para mediar a relação entre ela e o procurador, adaptando a linguagem, colocando as questões." E logo conta a história de um menino com défice cognitivo que só foi ouvido ao fim de um ano. "A criança tinha sido institucionalizada, já estava noutro momento da vida, quando foi chamada. Ficou muito constrangida. Não conseguiu prestar declarações para memória futura. A procuradora, como é sensível, anulou a diligência e foi à instituição inquiri-la."

Congratulando-se com o caminho que está a feito com as crianças, Frederico Marques diz que seria necessário fazer o mesmo com quem tem incapacidade intelectual. "Temos inquirições feitas por magistrados que não têm qualificações para inquirir estas pessoas e isso tem consequências ao nível da prova recolhida e ao nível do bem-estar da vítima, que acaba por sofrer uma vitimização secundária."

Carla Oliveira reconhece que "o discurso pode ser de tal forma incoerente que é impossível de aproveitar", o que, na ausência de testemunhas, como costumam ser os crimes sexuais ou a violência doméstica, dificulta a justiça. E admite que a ajuda de um técnico especializado possa fazer a diferença. Só que isso não é evidente, como no caso das crianças. "Presume-se que uma pessoa com mais de 18 anos não tem problemas, a menos que tenha estatuto de maior acompanhado."

Quando a deficiência é profunda, a vítima tem estatuto de maior acompanhado, não há margem para dúvidas de que se está perante um adulto vulnerável. Se a pessoa for funcional, abre-se mais espaço à incompreensão. "Então o senhor tem o 9.º ano e não consegue responder a isto?!", insurgiu-se o juiz do início do texto. As dificuldades, sublinha Catarina Neves, podem abranger até pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade, com doença mental como depressão, ou doenças degenerativas, como Alzheimer.

Catarina Neves gostava de ver alargar a colaboração técnica a todas as fases do processo de violência doméstica. E generalizar uma metodologia que "poderia passar por uma entrevista de avaliação da vítima, seguida de um parecer técnico". Antes de qualquer diligência, técnicos e magistrados e/ou funcionários judiciais falariam na "melhor forma de orientar a inquirição/diligência judicial a realizar". Está convencida de que tal contribuiria para "reduzir os arquivamentos e melhorar o apoio às vítimas".

Na casa-abrigo gerida que dirige há dois homens com processo de maior acompanhado. Um deles, vítima do tutor, prestou depoimento na PSP sem conseguir organizar as agressões cronologicamente ou dar pormenores. "O tribunal entendeu que não tinha elementos e arquivou o processo", explica. "Eu tinha pedido apoio judiciário para atribuição de assistente e estamos a contestar." A técnica de apoio não aceita que se mate a hipótese de justiça logo ali. Numa fase mais avançada, poder-se-ia pedir "uma perícia, ouvir outras testemunhas, recolher outros elementos".

"As vítimas, como um todo, têm de ser prioridade", diz João Lázaro, presidente da APAV. "É preciso um esforço para garantir respeito pela vítima nas suas particularidades", prossegue. "Há uma deficiente preparação para lidar com as necessidades específicas das pessoas com deficiência, principalmente as formas de deficiência mais profundas. Isso, em termos criminais, traduz-se na subnotificação." Primeiro, têm mais dificuldade em perceber que são vítimas de crime e em pedir ajuda. Depois, em ser encaradas como testemunhas credíveis.

A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, reconhece que os adultos mais vulneráveis têm mais dificuldade de "pleno acesso" à justiça e a uma "protecção eficaz". Tem feito a apologia de um estatuto específico. No caso dos arguidos, isso passaria por antecipar o direito de assistência do defensor. No das

vítimas, por introduzir esse direito, permitindo que se constituam como assistentes, de modo a "acompanhar o processo do princípio ao fim, intervindo, juntando prova, auxiliando a investigação, identificando necessidades específicas". Fez desta uma das prioridades da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia.

Tem lugar para sete pessoas a casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica com deficiência, em Águeda. Ali têm sido acolhidas pessoas com "deficiência intelectual ou multideficiência". "As pessoas com deficiência mais ligeira podem receber apoio de uma casa regular", salienta a directora técnica, Ana Lopes. "A ideia desta casa é disponibilizar um serviço especializado."

Não basta o habitual apoio psicossocial. A equipa tem ajudantes de acção directa, enfermeira, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional. As mulheres podem precisar de apoio para tomar banho, vestir-se, comer, tomar medicamentos, ir ao médico. E carecer de fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala.

Não diz quantas pessoas já passaram por ali. Diz que a experiência é pouca. O projecto-piloto começou a funcionar em 2019, incentivado pela secretaria de Estado para a Igualdade, no âmbito do *Plano de acção para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica*. "Recebemos as primeiras mulheres. Veio a pandemia. Os fluxos de entradas e saídas ficaram ainda mais condicionadas. As oportunidades de encaminhamento ficaram muito diminuídas."

É comum os agressores serem "os principais cuidadores, que podem ser familiares directos (pai, mãe, irmão) ou companheiros". Não havendo outra pessoa que assuma a prestação de cuidados, dali seguem para outra estrutura de apoio – um lar residencial, uma residência autónoma ou um centro de vida independente. O problema, diz, é que "estas estruturas não têm vagas". A resposta especializada a este tipo de vítimas particularmente vulneráveis fica comprometida. "Temos recebido encaminhamento para as quais não temos resposta, porque não temos vagas" concede Ana Lopes. "Esta é a única casa do país. Esperemos que o projecto seja replicado."

São as mais invisíveis vítimas. Vivem muito mais isoladas. Muitas, esclarece Ana Lopes, nem percebem que são vítimas de crime. "Se a violência for perpetrada pelos principais cuidadores, naturalmente não gostam, sentem dor, mas é a realidade que conhecem." Muitas vezes, a violência prolonga-se no tempo, só cessando quando há uma denúncia apresentada por terceiros. Para já, a experiência com tribunais tem sido positiva.

Público

Aumentam os pedidos de apoio de adultos por crimes sexuais do passado

Em cinco anos, a Rede CARE da APAV deu apoio psicológico a 1599 crianças e jovens que sofreram crimes sexuais e também acompanhou 173 dos seus familiares que precisaram de ajuda.

Ana Dias Cordeiro
27 de Abril de 2021, 0:30

O número de crianças e jovens que procuram apoio psicológico junto da Rede CARE por terem sido vítimas de crimes sexuais tem vindo a crescer todos os anos desde que esta estrutura foi criada em 2016.

De acordo com estatísticas divulgadas hoje, as pessoas acompanhadas passaram a ser 432 no ano passado quando tinha havido um apoio iniciado junto de 417 no ano anterior (2019). Por outro lado, estes novos dados mostram que, em cinco anos, 1599 crianças e jovens foram apoiados pela REDE Care criada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). A estrutura deu igualmente apoio a 173 familiares ou amigos de vítimas nestes últimos cinco anos.

O padrão mantém-se com um número crescente de pedidos de ajuda por parte de adultos que foram vítimas de crimes sexuais em criança. Em 2020, os pedidos dos adultos corresponderam a um quarto do total, quando em anos anteriores representaram apenas 13% (em 2016), 7% (em 2017), 12% (em 2018) e 15% (em 2019). “Houve mais pedidos de pessoas adultas que foram vítimas de crimes sexuais em criança”, diz Carla Ferreira que nota que já neste ano de 2021 “isso continua a acontecer”.

Um ano atípico

Apesar de 2020 ter sido um ano atípico, com menos processos nos tribunais e com contactos menos frequentes com entidades que processam as denúncias, a tendência dos anos anteriores manteve-se. “O aumento deste último ano foi mais discreto”, diz a criminóloga e coordenadora da

Rede CARE. “Isto faz-nos pensar que o aumento seria muito significativo” se a situação não fosse de crise pandémica, acrescenta.

Em 2020, os técnicos depararam-se com uma situação em que os tribunais não funcionaram na totalidade e houve menor acessibilidade à rede de suporte fora das famílias – como as escolas ou os centros de saúde e outras entidades na comunidade, nota. “As crianças, não estando na escola, perderam um dos maiores veículos de pedidos de ajuda”, acrescenta Carla Ferreira.

Houve um aumento dos pedidos relacionados com crimes sexuais através da Internet, em sintonia com uma realidade predominantemente digital. Pornografia de menores e aliciamento para fins sexuais (que pode ser pela Internet) representam 8,2% dos crimes na origem dos pedidos no total destes cinco anos.

Crimes no tempo

O abuso sexual de crianças domina de longe a lista dos crimes referenciados, com quase 60% dos actos praticados com as vítimas que procuraram ajuda. Olhando ainda para a realidade retratada nestes dados a partir de 2016, a grande maioria dos crimes (57%) foi cometida de forma continuada.

Houve 20 % dos casos em que o crime foi praticado uma só vez e 23% de situações em que não foi possível apurar se o crime foi ou não cometido de forma continuada.

A tendência para um aumento dos apoios desta rede criada com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian reflecte também o facto de haver mais instituições parceiras da APAV – no âmbito da qual nasceu a Rede CARE – que podem sinalizar as vítimas com o consentimento destas para um apoio pessoal, como a Polícia Judiciária, os tribunais, o INEM, as comissões de protecção de crianças e jovens (CPCJ) entre outras.

E também pode ser explicada por terem sido abertos pólos em mais cidades. Havia quatro pólos em 2016 e hoje são dez: Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Santarém, Setúbal, Faro, Ponte de Sor (no Alentejo), Ponta Delgada e Funchal.

O marido de Adriana abusou da filha dela. “Na minha cabeça, tenho muita culpa”

Com 16 anos, Lara enfrentou o medo e contou à mãe o que se passava em casa desde os seus dez anos. O padrasto foi condenado a 12 anos de prisão pela prática de centenas de crimes de abuso sexual agravados por ter a criança a seu cargo. Em 2019, Lara e a mãe Adriana entraram para as estatísticas da APAV como duas das pessoas que receberam apoio psicológico da Rede Care.

Ana Dias Cordeiro
27 de Abril de 2021, 6:41

As palavras da filha, ditas agora por Adriana, ecoam como uma ferida aberta, uma tortura – “Ele faz isso comigo desde os dez anos”. No turbilhão vivido desde então, que por vezes acalma mas regressa sempre, a revelação de há 21 meses ainda se insinua como uma convicção do presente. “O meu erro é não ter percebido”, diz Adriana.

“Não me consigo lembrar de tudo. Lembro-me das palavras da minha filha Lara, e de a ouvir dizer que o abuso sexual já durava há seis anos. Não lhe perguntei por que não tinha contado mais cedo. Não duvidei dela nem um segundo.”

A adolescente então de 16 anos, sempre tão calma, explodiu num desespero. Foi no dia 2 de Agosto de 2019, já final de tarde, 20 dias antes de o padrasto ser detido para interrogatório. O homem ficou preso preventivamente no Estabelecimento Prisional do Porto até ao julgamento.

Eu gritava, lembro-me de me ter ajoelhado nos pés dela e de ter pedido perdão. Perdão por ter colocado aquele homem na vida dela
Adriana

Em 30 de Junho de 2020, o Tribunal Judicial de Coimbra condenou-o (em cúmulo jurídico) a uma pena única de 12 anos, pela prática de 156 crimes de abuso sexual, 107 crimes de abuso sexual de menor dependente agravados pelo facto de ser padrasto, dois de pornografia de menor agravados e

quatro crimes de coacção agravados. Um recurso apresentado pelo condenado foi, já este ano, negado pelo Tribunal da Relação de Coimbra, que confirmou a sentença.

Nesse final de dia, Adriana viu-se na pele de uma assassina, para "acabar com o marido", seu companheiro de uma vida, padrasto da filha mais velha, Lara, e pai biológico da mais nova, Lúcia. "Agarrei no meu telefone e disse: 'Vou ligar para ele, e quando ele entrar em casa vou matá-lo'." Foi Lara quem chamou a mãe à razão: "A minha filha tirou o telefone da minha mão e disse: 'Temos de ir embora. Se ele sabe que eu contei, ele vai matá-la, mãe!'"

"Eu gritava, eu lembro-me de me ter ajoelhado nos pés dela e de ter pedido perdão. Perdão por ter colocado aquele homem na vida dela", diz Adriana na entrevista que aceita dar ao PÚBLICO sem revelar a sua identidade ou a das filhas.

Queixa e perícias

O homem tinha-se ausentado, mas voltaria ainda nessa noite: avisar a polícia seria um perigo; ficar em casa também. "Peguei nas três pastas com os nossos documentos e no dinheiro que tinha num cofre. Agarrei nas miúdas como elas estavam vestidas àquela hora. A Lara vestiu uns calções e enfiou uns ténis na Lúcia, e fomos embora."

A memória dessa fuga surge como os cacos de um vaso que Adriana estilhaçou no chão, como o estrondo do quadro que caiu quando, entre gritos, ela cerrou o punho com toda a sua força contra a parede. Não há uma linha temporal nem uma lógica que junte os pensamentos às acções. "Na minha cabeça, eu tenho muita culpa." O sofrimento profundo que vem de trás transformou a vida de Adriana num tempo "para remendar as coisas, a partir de então, para que elas [as duas filhas] sofram o mínimo possível, principalmente a Lara".

"Na segunda-feira, em Alenquer, fizemos a queixa, os peritos em Lisboa foram até lá. A Polícia Judiciária (PJ) de Coimbra foi chamada e foi feita a queixa. Foi realizado o exame de Medicina Legal, recolhidos o meu depoimento e o da Lara pela inspectora da PJ de Coimbra" que mais tarde sinalizou o caso para a rede de apoio da Associação Portuguesa de Apoio às Vítimas (APAV) – a Rede Care. Nestes cinco anos, desde que foi criada em 2016, a Rede Care acompanhou 1599 crianças e jovens em situações idênticas à de Lara. A estes juntam-se 173 familiares apoiados também, tal como Adriana.

Ela contou-me que tinha medo que ele me matasse, mas também que pudesse fazer à Lúcia [irmã mais nova] o mesmo que fazia com ela. Dizia-lhe ainda que como ela não era filha dele, se ela revelasse o que se passava, seria levada para a avó no Brasil e ele ficaria com a Lúcia
Adriana

A mulher, então com 39 anos, a filha mais nova, Lúcia, que tinha seis anos, e Lara, então com 16, andaram escondidas nas três semanas seguintes. Foi o tempo para o tribunal, em pleno Verão e com um feriado pelo meio, dar luz verde à operação da PJ das buscas à casa para a recolha de provas e de interrogatório ao suspeito; e tudo isto praticamente em simultâneo, se possível, para não dar pistas ao agressor e as manter fora do seu alcance. "Era algo que eles queriam que acontecesse de uma maneira que fosse segura para nós", diz Adriana.

"Além do abuso sexual, foi aberto um outro inquérito. Eu não sabia, mas agora sei, que vivíamos uma situação de violência doméstica. Ele chamava-me gorda e velha, dizia 'ela não presta', e ainda bloqueava a minha família do meu telefone. A minha mãe não conseguia falar comigo e eu nem sabia que ela estava a tentar. Ele controlava os meus movimentos, queria que eu prestasse contas de tudo o que eu tinha comprado no mercado. Os dois trabalhávamos. E quando o dinheiro caía na conta era tanto dele como meu", diz. "A nossa vida transformou-se num inferno."

Também Lúcia, agora com oito anos, mostrava medo que o pai fizesse mal à irmã. Quando este chegava a casa, havia sempre qualquer coisa que não estava bem com Lara, achava ele: ou era a maneira de vestir, ou as notas ou o que ela escolhera como profissão.

"Eu via a minha filha em sofrimento. Ela não podia estar com amigas, não podia namorar, não podia usar um brinco de argola, não podia usar uma blusa que mostrasse a barriga. Ela não podia ia ao cinema sem ele ficar sempre a enviar mensagens para saber quem estava sentado ao lado dela. Ela não podia dormir na casa de uma amiga, ela não podia nada."

Olhei pela janela para onde ele estava e vi-o parado na porta do carro a olhar para dentro, a olhar para ela. É uma janela muito larga, até baixo, ele a olhar para ela, ela a olhar em frente e a dizer-me só isto: 'Espera ele ir embora'
Adriana

Na cabeça de Lara, a sua liberdade não estava ligada à prisão do padrasto. A sua libertação aconteceria quando fizesse 18 anos e saísse de casa para a faculdade. Faltavam dois anos. E até esse momento, qualquer passo dado para se pôr a salvo seria o mesmo que colocaria em perigo a mãe, a irmã e o amigo que se tornara no seu confidente, Luís.

"Ela contou-me que tinha medo que ele me matasse, mas também que pudesse fazer à Lúcia o mesmo que fazia com ela. Dizia-lhe ainda que como ela não era filha dele, se ela revelasse o que se passava, seria levada para a avó no Brasil e ele ficaria com a Lúcia."

Também ameaçou Lara que lhe partiria os dentes se ela se aproximasse de Luís, dizendo que tinha contratado duas pessoas para os vigiar dentro da escola. E, caso se aproximasse, "já saberia o que ia acontecer-lhe em casa", relata Adriana.

A mensagem "obedecer ou sacrificar" era enviada para o telemóvel da adolescente dezenas de vezes, ao longo dos seis anos em que o padrasto abusou dela. "Obedecer ou sacrificar", repete Adriana. "O que ele queria dizer era: 'Ou fazes o que eu mando ou eu mato a tua mãe.'"

Mensagens como esta e outras de cariz sexual, bem como um vídeo da jovem a masturbar-se, foram encontradas nas perícias aos telemóveis recolhidos pela PJ de Coimbra nas buscas onde a família vivia, no mesmo dia em que procedeu à detenção do agressor no seu local de trabalho, a 22 de Agosto de 2019,

Três semanas antes, numa sexta-feira, Lara disse à mãe que tinha que conversar com ela. Foi pelo telefone, quando Adriana se ausentou não mais de 50 minutos para ir resolver um assunto no trabalho. "A nossa casa é uma vivenda e tem janelas muito grandes que vão dar para a sala e para a rua onde o carro estava estacionado. Quando eu cheguei, a Lúcia, de seis anos, estava sentada no tapete a brincar, e a minha filha mais velha sentada no sofá. Eu sentei-me ao lado dela, e perguntei: 'O que é que aconteceu?'"

Eu não sabia, mas agora sei, que vivíamos uma situação de violência doméstica. Ele chamava-me gorda e velha, dizia 'ela não presta', e ainda bloqueava a minha família do meu telefone
Adriana

"Ela estava a olhar para o televisor em frente e continuou a olhar para a frente. E eu sentada ao lado dela. Olhei pela janela para onde ele estava e vi-o parado na porta do carro a olhar para dentro, a olhar para ela. É uma janela muito larga, até baixo, ele a olhar para ela, ela a olhar em frente e a dizer-me só isso: 'Espera ele ir embora.'"

"Nesse mesmo dia, nesse pequeno período entre eu ir e voltar, ele abusou dela", relata Adriana. Na terça-feira anterior, o amigo Luís quis saber por que razão o pai a controlava daquela forma e por que ela andava tão triste e isolada. Lara acabou por dizer que ele era seu padrasto e não o seu pai (algo que o próprio não queria que ninguém soubesse).

A obsessão do adulto pela adolescente, e não sendo ele pai biológico, ganhou contornos novos aos olhos do amigo. “O rapaz disse à Lara que ela me devia contar e que eu tomaria as providências para nos proteger. Deu-lhe até ao fim da semana para o fazer. Se ela não revelasse até esse dia, ele pediria ao pai dele para vir falar comigo.” Não foi preciso. A própria Lara falou.

Lara, Lúcia, Adriana e Luís são nomes fictícios

OBSERVADOR

APAV ajudou quase 1.600 crianças vítimas de violência sexual nos últimos 5 anos

1.599 crianças vítimas de violência sexual tiveram o apoio especializado da APAV nos últimos cinco anos. A utilização da internet durante o confinamento deixou as crianças mais expostas.

27 abr 2021, 01:04

Quase 1.600 crianças alvo de violência sexual foram ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos últimos cinco anos, sobretudo raparigas entre os 8 e os 17 anos, na maior parte vítimas de abuso sexual.

Segundo os dados mais recentes do projeto Rede CARE — Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual, a que a Lusa teve acesso, 1.599 crianças tiveram o apoio especializado da APAV nos últimos cinco anos, 432 delas em 2020, um número que foi sempre aumentando anualmente desde a criação da rede em 2016.

Nesse primeiro ano foram apoiadas 195 crianças e jovens, tendo o número aumentado para 251 em 2017, 304 em 2018, 417 em 2019 e 432 em 2020, o que significa que entre 2016 e 2020 o número de crianças ajudadas pela APAV através deste projeto aumentou quase 122%.

Em declarações à agência Lusa, a coordenadora da rede explicou que, apesar de os crimes de natureza sexual não serem os mais reportados, continuam a ser crimes com "**impacto muito significativo não só nas crianças e jovens, mas também nas famílias**", defendendo, no entanto, que estes números demonstram uma maior consciencialização para o problema.

“Passa-se aqui também uma maior sensibilização para esta problemática e uma quebra de barreiras porque normalmente estamos a falar de uma situação de violência muito vetada ao segredo e à manutenção dentro do círculo mais restrito possível”, apontou Carla Ferreira, justificando que o aumento no número de crianças apoiadas resulta do trabalho de prevenção feito ao longo destes cinco anos.

Por outro lado, apontou que o facto de as crianças e jovens terem ficado mais tempo em casa, na sequência do confinamento por causa da Covid-19, e mais ligadas à internet, também pode explicar o aumento do número de casos sobretudo por causa de crimes como pornografia de menores ou aliciamento de menores para fins sexuais.

A responsável sublinhou que se trata de um fenómeno que “**continua e vai continuar a acontecer**“, e que, frequentemente é perpetrado por pessoas que a criança conhece, “a maior parte das vezes dentro da própria família”.

Os dados da APAV mostram que em 51% dos casos, a situação de violência sexual aconteceu dentro da família, sendo que dentro desta percentagem estão casos em que o autor da agressão foi o pai ou a mãe (18,5%), padrasto ou madrasta (12%), avô ou avó (4,6%), tio ou tia (5,3%), irmão ou irmã (2,3%) ou outro familiar (8,2%).

Mesmo quando a agressão se passou fora do seio familiar, o que aconteceu em 40,8% dos casos que chegaram à APAV, **houve 12,4% situações em que o agressor era conhecido da criança ou jovem vítimas**. O perfil feito pela APAV mostra que em 79,8% dos casos a vítima era do sexo feminino, contra 19% em que eram rapazes, sendo que em 90,5% dos casos os agressores eram homens.

Já no que diz respeito à faixa etária, houve 262 casos em que as vítimas tinham entre zero e sete anos, 450 vítimas com idade entre os 08 e os 13 anos, outras 577 com idade entre os 14 e os 17 anos, mas também 242 casos em que as vítimas tinham mais de 18 anos, além de outros 68 casos em que não foi possível apurar a idade da vítima.

Por outro lado, os dados da APAV revelam também que nestes cinco anos houve 60 casos em que o agressor tinha menos de 15 anos, a maior parte com ilícitos através da internet, mas também algumas “situações muito pontuais” de agressões sexuais físicas.

Carla Ferreira explicou que nestas situações, de o agressor ter menos de 15 anos, a pessoa não responde criminalmente porque é considerado inimputável em razão da idade e é alvo de um processo tutelar educativo.

Notamos precisamente parte destas situações a acontecerem muito relacionadas com a partilha de imagens e de algumas situações de ‘sextortion’ [extorsão através da internet associada à partilha de fotos ou vídeos de cariz sexual], mas estamos a falar de um universo na ordem dos 4% e 5%, não estamos a falar de mais do que isso”, adiantou.

Relativamente ao tipo de ato praticado, o relatório da Rede Care mostra que, no caso dos crimes contra a liberdade sexual, **houve 8,4% de situações de importunação sexual ou 6,5% violações**, enquanto nos crimes contra a autodeterminação sexual a maior parte dos casos (59,8%) foi referente a abuso sexual de criança. Em 57,3% do total dos casos, os crimes ocorreram de forma continuada e em 76,4% das situações as vítimas denunciaram às autoridades policiais.

Uso prolongado da Internet durante confinamento deixou crianças mais expostas a crimes sexuais

O uso prolongado da internet, tanto no ensino à distância como para falar com os amigos, deixou as crianças e jovens mais expostos a crimes sexuais online e a agressores que aproveitaram a menor supervisão parental, denunciou também a APAV.

A coordenadora da Rede CARE apontou como uma das razões para esse aumento o facto de as crianças e jovens terem ficado mais tempo em casa, na sequência do confinamento por causa da Covid-19, e mais ligadas à internet.

Não vamos diabolizar a internet porque tem sido muito útil nestes períodos, quer para o ensino quer para manter contacto com a família e os amigos, mas de facto há uma maior exposição a este contexto que se não for supervisionado pode ser de risco", apontou Carla Ferreira, acrescentando que foi percecionado "**um crescendo das situações acontecidas no contexto online**".
A responsável apontou que se as crianças estão mais tempo ligadas à internet, seja para estudar ou para estar em contacto com os amigos – atividades que normalmente fariam presencialmente, em contexto de escola — "o risco é maior" desde logo por uma eventual menor supervisão parental."Q**uer porque os pais não fazem ideia de como fazer essa supervisão, quer porque, por exemplo, os pais estão a trabalhar em casa e ou estão a trabalhar ou a supervisionar**", salientou.

Carla Ferreira sublinhou que os crimes online **não são uma novidade gerada pelo confinamento por causa da pandemia da Covid-19**, mas admite que este contexto tenha provocado uma "maior precipitação" na ocorrência deste fenómeno.

Este crescendo foi mais acentuado e se calhar seria mais gradual e teve a ver com o aproveitamento de vários fatores de risco: quem pratica aproveita-se da menor supervisão, e de maior proximidade com a vítima para iniciar e manter a situação", explicou a responsável.
De acordo com a coordenadora da Rede CARE, a APAV identificou sobretudo dois tipos de fenómenos dentro dos crimes através da internet: a pornografia e o aliciamento de menores.

Carla Ferreira explicou que há situações de partilha de imagens das crianças e jovens, às vezes feitas pelas próprias, em que as imagens são partilhadas, num primeiro momento apenas com uma pessoa, mas depois de forma massiva nas redes sociais. Foram também identificados casos de *sextortion*, ou seja, quando são enviadas imagens de natureza sexual a pedido de alguém e depois esse alguém ameaça divulgá-las se a criança ou jovem não lhe enviar mais imagens ou até dinheiro.

Além destes casos, há ainda situações de aliciamento, em que é feito contacto com a criança e rapidamente são descobertas as rotinas do menor e os sítios que frequenta para ser tentado um contacto presencial ou envio de imagens e o aliciamento para algo de natureza sexual.

A responsável adiantou, por outro lado, que a APAV tem vindo a trabalhar, e espera conseguir implementar nos próximos meses, um projeto de "**prevenção estruturada e universal**" desde o pré-escolar ao ensino secundário e profissional.

Carla Ferreira defendeu que é importante começar a prevenção o mais cedo possível porque isso vai evitar não só vítimas, mas também potenciais situações de agressão.

Vai ensinar competências, dotar as crianças e jovens de noções mais claras sobre o que é violência e violência sexual, que comportamentos se podem ou não ter e a prevenção é fundamental porque não previne apenas a existência de vítimas, também previne potenciais situações de agressão", sublinhou.
De acordo com a responsável, este programa estará adaptado a cada grau de ensino e tem como objetivo "**dotar as crianças de competências para identificar situações abusivas**", de modo que essas situações terminem o mais rápido possível e não se prolonguem no tempo.

Almadense

APAV inaugura Gabinete de Apoio à Vítima em Almada

Abril 14, 2021 Almadense 0 Comentários

Nova estrutura vai prestar apoio às vítimas de qualquer tipologia de crime e violência. Atendimento será prestado de forma confidencial e gratuita.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) inaugura esta quinta-feira, dia 15 de Abril, um Gabinete de Apoio à Vítima na cidade de Almada, que irá prestar apoio emocional, jurídico e psicológico às vítimas de qualquer tipo de crime e violência.

O novo gabinete ficará localizado na rua D. João de Castro, 47-A, num espaço cedido pela Câmara Municipal de Almada, onde o atendimento e acompanhamento será efetuado de forma confidencial e gratuita.

A abertura no novo espaço surge na sequência de um protocolo de cooperação assinado entre a APAV e a Câmara de Almada, que prevê uma comparticipação financeira municipal no valor de 53 mil euros.

Com a abertura desde novo serviço, a APAV alarga a amplitude da sua rede nacional de serviços de proximidade, complementando as respostas das restantes estruturas já existentes.

Só em 2019, "foram registados pelas autoridades policiais quase sete mil crimes em Almada, com principal incidência nos crimes contra o património, contra as pessoas e contra a vida em sociedade", refere ainda a autarquia, em nota de imprensa, acrescentando nesse mesmo ano, a APAV apoiou, no concelho de Almada, um total de 156 vítimas de crime e de violência.

O novo GAV vai funcionar nos dias úteis das 9h30 às 13h e das 14h às 17h30. Os contactos poderão ser efetuados através do e-mail apav.almada@apav.pt ou do telefone 210 541 204.

Diário de Coimbra

APAV apoiou em cinco anos 41 crianças e jovens vítimas de violência sexual

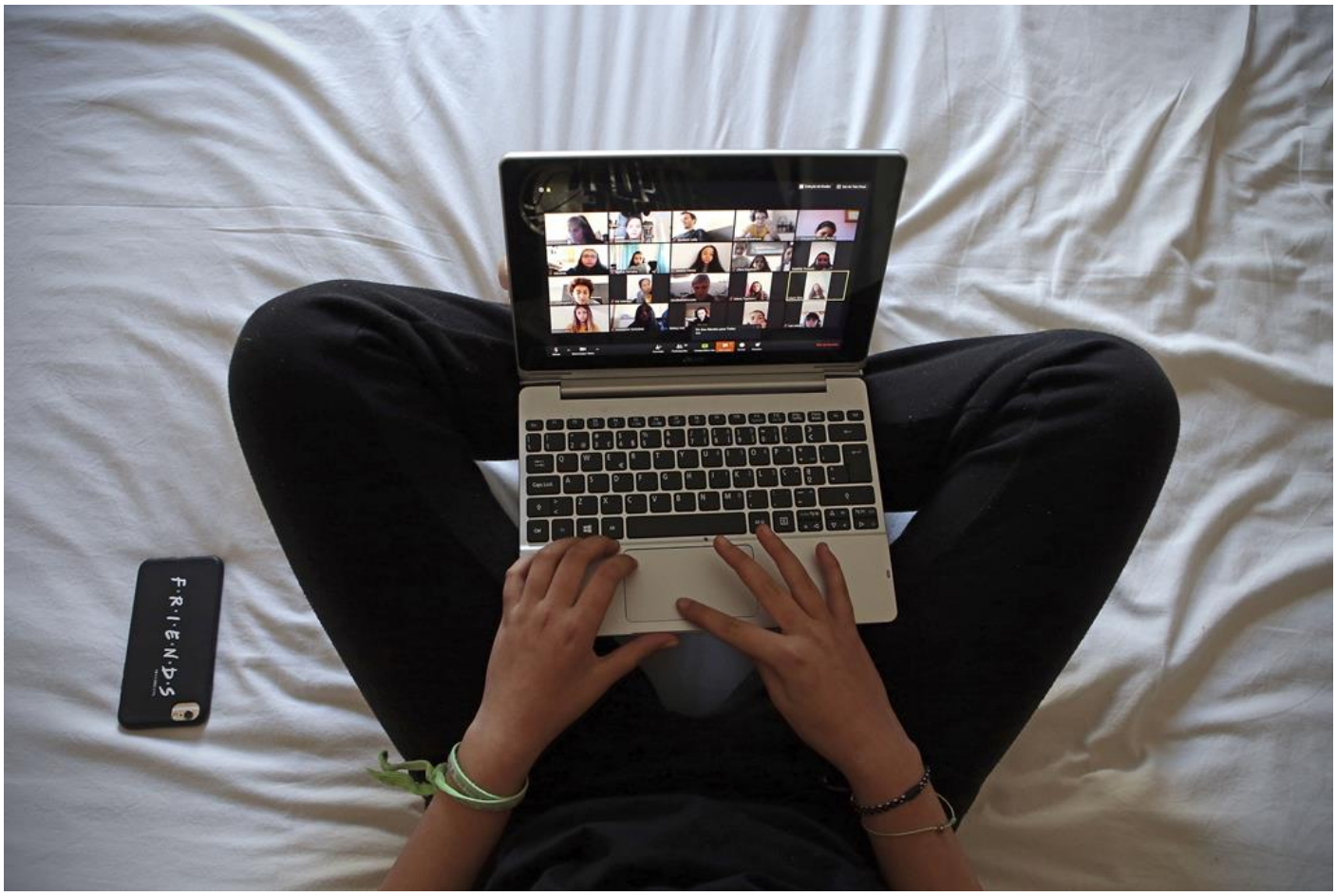
SEXTA, 30 ABRIL 2021

Entre 2016 e 2020, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), através do projecto CARE, apoiou 41 crianças e jovens vítimas de violência sexual no distrito de Coimbra. Registaram-se, segundo a gestora da Rede CARE, Carla Ferreira, entre 8 a 10 novos casos por ano de crianças e jovens que terão sido vítimas de violência sexual no distrito, mas o número real será bem maior já que, segundo alguns estudos, apenas entre 30 a 40% dos casos são denunciados.

APAV apoiou cerca de 1.600 crianças vítimas de violência sexual nos últimos cinco anos

27 abr, 2021 - 01:00 • Lusa

Relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima constata, ainda, que o uso prolongado da internet, tanto no ensino à distância como para falar com os amigos, deixou as crianças e jovens mais expostos a crimes sexuais online e a agressores que aproveitaram a menor supervisão parental.



Quase 1.600 crianças que foram alvo de violência sexual receberam ajuda da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos últimos cinco anos, sobretudo raparigas entre os 8 e os 17 anos, na maior parte vítimas de abuso sexual.

Segundo os dados mais recentes do projeto Rede CARE – Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual, a que a Lusa teve acesso, 1.599 crianças tiveram o apoio especializado

da APAV nos últimos cinco anos, 432 delas em 2020, um número que foi sempre aumentando anualmente desde a criação da rede em 2016.

Nesse primeiro ano foram apoiadas 195 crianças e jovens, tendo o número aumentado para 251 em 2017, 304 em 2018, 417 em 2019 e 432 em 2020, o que significa que entre 2016 e 2020 o número de crianças ajudadas pela APAV através deste projeto aumentou quase 122%.

Em declarações à agência Lusa, a coordenadora da rede explicou que, apesar de os crimes de natureza sexual não serem os mais reportados, continuam a ser crimes com "impacto muito significativo não só nas crianças e jovens, mas também nas famílias", defendendo, no entanto, que estes números demonstram uma maior consciencialização para o problema.

"Passa-se aqui também uma maior sensibilização para esta problemática e uma quebra de barreiras porque normalmente estamos a falar de uma situação de violência muito vetada ao segredo e à manutenção dentro do círculo mais restrito possível", apontou Carla Ferreira, justificando que o aumento no número de crianças apoiadas resulta do trabalho de prevenção feito ao longo destes cinco anos.

Por outro lado, apontou que o facto de as crianças e jovens terem ficado mais tempo em casa, na sequência do confinamento por causa da Covid-19, e mais ligadas à internet, também pode explicar o aumento do número de casos sobretudo por causa de crimes como pornografia de menores ou aliciamento de menores para fins sexuais.

A responsável sublinhou que se trata de um fenómeno que "continua e vai continuar a acontecer", e que, frequentemente é perpetrado por pessoas que a criança conhece, "a maior parte das vezes dentro da própria família".

Os dados da APAV mostram que em 51% dos casos, a situação de violência sexual aconteceu dentro da família, sendo que dentro desta percentagem estão casos em que o autor da agressão foi o pai ou a mãe (18,5%), padrasto ou madrasta (12%), avô ou avó (4,6%), tio ou tia (5,3%), irmão ou irmã (2,3%) ou outro familiar (8,2%).

Mesmo quando a agressão se passou fora do seio familiar, o que aconteceu em 40,8% dos casos que chegaram à APAV, houve 12,4% situações em que o agressor era conhecido da criança ou jovem vítimas.

O perfil feito pela APAV mostra que em 79,8% dos casos a vítima era do sexo feminino, contra 19% em que eram rapazes, sendo que em 90,5% dos casos os agressores eram homens.

Confinamento ligado à internet aumentou risco de crimes sexuais contra menores

O relatório da APAV constata, por outro lado, que o uso prolongado da internet, tanto no ensino à distância como para falar com os amigos, deixou as crianças e jovens mais expostos a crimes sexuais online e a agressores que aproveitaram a menor supervisão parental.

Em declarações à agência Lusa, a coordenadora da Rede CARE apontou como uma das razões para esse aumento o facto de as crianças e jovens terem ficado mais tempo em casa, na sequência do confinamento por causa da Covid-19, e mais ligadas à internet.

“Não vamos diabolizar a internet porque tem sido muito útil nestes períodos, quer para o ensino quer para manter contacto com a família e os amigos, mas de facto há uma maior exposição a este contexto que se não for supervisionado pode ser de risco”, apontou Carla Ferreira, acrescentando que foi percecionado “um crescendo das situações acontecidas no contexto online”.

A responsável apontou que se as crianças estão mais tempo ligadas à internet, seja para estudar ou para estar em contacto com os amigos - atividades que normalmente fariam presencialmente, em contexto de escola – “o risco é maior” desde logo por uma eventual menor supervisão parental.

“Quer porque os pais não fazem ideia de como fazer essa supervisão, quer porque, por exemplo, os pais estão a trabalhar em casa e ou estão a trabalhar ou a supervisionar”, salientou.

Carla Ferreira sublinhou que os crimes online não são uma novidade gerada pelo confinamento por causa da pandemia da Covid-19, mas admite que este contexto tenha provocado uma “maior precipitação” na ocorrência deste fenómeno.

“Este crescendo foi mais acentuado e se calhar seria mais gradual e teve a ver com o aproveitamento de vários fatores de risco: quem pratica aproveita-se da menor supervisão, e de maior proximidade com a vítima para iniciar e manter a situação”, explicou a responsável.

De acordo com a coordenadora da Rede CARE, a APAV identificou sobretudo dois tipos de fenómenos dentro dos crimes através da internet: a pornografia e o aliciamento de menores.

Carla Ferreira explicou que há situações de partilha de imagens das crianças e jovens, às vezes feitas pelas próprias, em que as imagens são partilhadas, num primeiro momento apenas com uma pessoa, mas depois de forma massiva nas redes sociais.

Foram também identificados casos de ‘sextortion’, ou seja, quando são enviadas imagens de natureza sexual a pedido de alguém e depois esse alguém ameaça divulgá-las se a criança ou jovem não lhe enviar mais imagens ou até dinheiro.

Além destes casos, há ainda situações de aliciamento, em que é feito contacto com a criança e rapidamente são descobertas as rotinas do menor e os sítios que frequenta para ser tentado um contacto presencial ou envio de imagens e o aliciamento para algo de natureza sexual.

A responsável adiantou, por outro lado, que a APAV tem vindo a trabalhar, e espera conseguir implementar nos próximos meses, um projeto de “prevenção estruturada e universal” desde o pré-escolar ao ensino secundário e profissional.

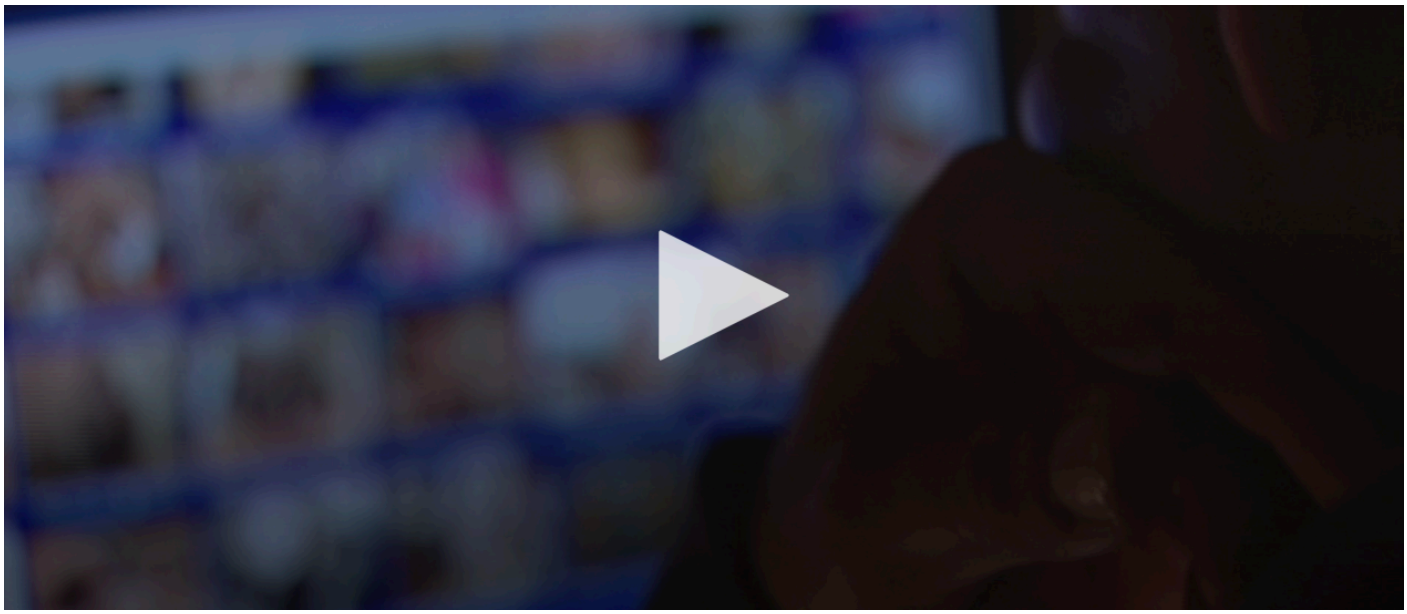
Carla Ferreira defendeu que é importante começar a prevenção o mais cedo possível porque isso vai evitar não só vítimas, mas também potenciais situações de agressão.

“Vai ensinar competências, dotar as crianças e jovens de noções mais claras sobre o que é violência e violência sexual, que comportamentos se podem ou não ter e a prevenção é

fundamental porque não previne apenas a existência de vítimas, também previne potenciais situações de agressão", sublinhou.

De acordo com a responsável, este programa estará adaptado a cada grau de ensino e tem como objetivo "dotar as crianças de competências para identificar situações abusivas", de

APAV já ajudou 1.600 crianças vítimas de violência sexual



27.04.2021 às 14h04

Quase 1.600 crianças e jovens vítimas de violência sexual receberam nos últimos cinco anos a ajuda da APAV. O número tem crescido, em particular no último ano, devido ao fenómeno dos crimes online. Com o confinamento as crianças usaram mais a internet e com menos supervisão.

De acordo como o relatório da rede Care, as crianças e jovens ficaram mais expostas a crimes como a pornografia ou aliciamento de menores. Foram também identificados casos em que o agressor ameaçou divulgar fotos de cariz sexual se não lhe fossem enviadas mais imagens ou até dinheiro.

Os dados da APAV mostram que metade dos casos de violência sexual aconteceu dentro da família. Em muitos outros, o agressor era conhecido da vítima e, em quase 80 por cento dos casos, a vítima era do sexo feminino. Pelo contrário, em 90 por cento dos os agressores eram homens.

dnoticias.pt

MADEIRA

25 vítimas de violência sexual ajudadas pela APAV na Madeira

O abuso sexual de crianças é o crime mais praticado

Maria Catarina Nunes 27 abr 2021 09:39

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) ajudou 25 crianças vítimas de violência sexual na Madeira nos últimos cinco anos, num total de 1.599 crianças em todo o país. As vítimas são sobretudo raparigas entre os 8 e os 17 anos. Nos Açores, a APAV apoiou 62 crianças vítimas dos mesmos crimes, entre 2016 e 2020.

Segundo os dados mais recentes do projecto Rede CARE — Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual, 1.599 crianças receberam o apoio especializado da APAV nos últimos cinco anos, 432 delas em 2020, um número que foi sempre aumentando anualmente desde a criação da rede em 2016.

No total, mostra o mesmo relatório, foram apoiadas simultaneamente 173 famílias e foram realizados 21.938 atendimentos.

As vítimas são maioritariamente raparigas (79,8%).

Houve 262 casos em que as vítimas tinham entre zero e sete anos, 450 vítimas com idade entre os 8 e os 13 anos, outras 577 com idade entre os 14 e os 17 anos, mas também 242 casos em que as vítimas tinham mais de 18 anos, além de outros 68 casos em que não foi possível apurar a idade da vítima.Por outro lado, nestes cinco anos houve 60 casos em que o agressor tinha menos de 15 anos, a maior parte com ilícitos através da internet, mas também algumas 'situações muito pontuais' de agressões sexuais físicas.

Os actos foram cometidos sobretudo em contexto familiar (51%), perpetrados pelo pai/mãe (18,5%), pelo padrasto/madrasta (12%), por outro familiar (8,2%) pelo tio/tia (5,3%), pelo avô/avó (4,6%) ou pelo irmão/irmã (2,3%).

Em contexto extrafamiliar (40,8%), foram cometidos por um conhecido (12,4%), desconhecido (7%), colega/amigo (6,3%), outra relação (5,3%), vizinho/a (4,4%), namorado/a / ex-namorado/a (3,0%), funcionário/a escolar (2,5%), funcionário/a actividades (1,2%);

O abuso sexual de crianças é o crime mais praticado (59,8%), seguido de importunação sexual (8,4%), abuso sexual de menores dependentes ou em situação particularmente vulnerável (7,0%); violação (6,5%); pornografia de menores (5,3)%; actos sexuais com adolescentes (4,1%); coacção sexual (3,2%); aliciamento de menores para fins sexuais (2,9%); abuso sexual de pessoa incapaz de resistência (1,2%); recurso à prostituição de menores (0,9%); lenocínio de menores (0,8%).

57,3% das vítimas sofreram o crime de forma continuada; 19,9% não continuada e 22,8% não foi possível apurar.

As Autoridades Policiais e os Tribunais receberam 76,4% das denúncias e em 13,3% das vezes, essa denúncia partiu da APAV.

NOTÍCIAS DE COIMBRA

DESTAQUE

APAV quer prevenir burlas durante os Censos 2021

20 de Abril de 2021

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lança hoje uma campanha com informações sobre os procedimentos habituais dos Censos e recomenda alguns conselhos para alertar e prevenir algumas práticas criminosas que poderão acontecer durante este período de recolha estatística.

Ads delivered by

A APAV revela que as recomendações que constam na campanha incidem sobre a confirmação de identificação do recenseador e a verificação de e-mails ou sms que poderão ter natureza fraudulenta.

Estas recomendações visam alertar a população para situações de burla que podem surgir através do pedido de dados bancários ou cobrança de quantias monetárias associadas à participação nos Censos.

JN Jornal de Notícias

27 crianças e jovens denunciam violência sexual todos os meses

Roberto Bessa Moreira
27 Abril 2021 às 10:04

APAV apoiou 1599 vítimas de abusos sexuais em quatro anos. Crimes crescem ano após ano

Todos os meses, há 27 crianças e jovens a denunciarem terem sido vítimas de violência sexual. O número é avançado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), instituição que, através da Projeto CARE, apoiou, nos últimos quatro anos, 1599 crianças e jovens que sofreram abusos sexuais.

Entre 2016 e 2020, também foram apoiados 173 familiares e amigos das vítimas e realizados 21938 atendimentos pelos técnicos da APAV. "O apoio especializado a este tipo de vítimas surgiu em 2016 com o arranque do Projeto CARE e ao longo de cinco anos de resposta especializada nota-se um crescimento contínuo do número de pedidos de apoio", avança a APAV.

A mesma entidade acrescenta que "76,4% das situações reportadas foram denunciadas às autoridades policiais e/ou aos tribunais, sendo que em 13,3% das vezes essa denúncia partiu da APAV". "De notar que a Rede CARE apoiou crianças e jovens vítimas de violência sexual residentes em 197 dos 308 concelhos de Portugal - o equivalente a 64% dos concelhos -, o que significa um aumento da abrangência do apoio face aos anos anteriores", destaca ainda a APAV, que também deu formação, ao longo deste período, a 18 mil pessoas.

iMEDiATO

APAV lança campanha para prevenção de burlas durante os Censos 2021

POR HELENA ANTUNES 23 DE ABRIL 2021

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) lançou uma campanha com informações sobre os procedimentos habituais dos Censos e alguns conselhos para alertar e prevenir a ocorrência de práticas criminosas durante o processo de recenseamento atualmente em vigor.

As recomendações que constam na campanha incidem sobre a confirmação de identificação do recenseador e a verificação de e-mails ou SMS que poderão ter natureza fraudulenta. Estas advertências pretendem alertar a população para situações de burla que podem surgir através do pedido de dados bancários e/ou cobrança de quantias monetárias associadas à participação nos Censos.

Os Recenseamentos da População e da Habitação (Censos) destinam-se a obter informação estatística atualizada sobre toda a população residente, as famílias e a área de habitação.

jmgonline
Jornal da Marinha Grande

21 marinhenses pediram ajuda à APAV em 2020

29 abril 2021

Foram 21 as pessoas residentes no concelho da Marinha Grande que recorreram em 2020 aos serviços da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Segundo o relatório anual de 2020 da APAV, foram registados no ano transato um total de 66.408 atendimentos nos vários serviços de proximidade, desde Gabinetes e Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sistema Integrado de Apoio à Distância, Sub-Redes Especializadas, Casas de Abrigo e ainda através da Linha Internet Segura.

O documento dá nota de 19697 crimes e outras formas de violência, 13093 vítimas diretas e foram promovidas 1227 atividades formativas. No que respeita aos crimes, a maior percentagem, 95%, refere-se a crimes contra pessoas, e 2,5% a crimes contra o património.

A APAV contabiliza, em 2020, 8720 vítimas do sexo feminino, a uma média de 24/dia; 1841 crianças, 5/dia; 1627 homens foram vítimas; e houve 1626 idosos afetados no último ano.

A maioria das vítimas (61,6%) procurou o apoio da APAV através de contacto telefónico, a uma média de 38 chamadas atendidas por dia, tendo a Associação apoiado vítimas diretas oriundas de 290 municípios entre os 308 existentes no país, sendo que da Marinha Grande foram apoiadas 21 pessoas (o relatório não discrimina sexo, nem faixas etárias por concelho).

Quanto aos perfis das vítimas, segundo a APAV foram mulheres com média de idade de 40 anos, na sua maioria com o ensino superior, e que foram alvo de agressão por parte do cônjuge. No que se refere às crianças e jovens, a média de idades ronda os 10 anos, a maioria é do sexo feminino, e são filhas do/a agressor/a. Quanto aos idosos, têm em média 76 anos, na sua maioria são mulheres, e são agredidas pelo cônjuge e/ou pelos filhos. Já no que concerne às vítimas do sexo masculino, têm uma média de idade de 36 anos, e habilitações ao nível do ensino superior.

Em 2020, a APAV registou 51 homicídios consumados e 33 na forma tentada, 793 crimes de ofensa à integridade física simples e 14854 crimes de violência doméstica (maus tratos físicos e psíquicos). De referir ainda que a APAV possui uma linha de apoio à vítima de carácter gratuito, que funciona nos dias úteis das 8h às 22h, basta ligar o 116 006.

APAV | "III Jornadas de Braga Contra a Violência"

26 ABRIL 2021

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove a terceira edição das Jornadas de Braga Contra a Violência, que irão decorrer no dia 20 de maio. O evento será realizado exclusivamente ONLINE, através da plataforma digital ZOOM.

Nesta edição contamos com um painel diversificado de prestigiados/as oradores/as e moderadores/as, de forma a promover debate e reflexão sobre temáticas relacionadas com o apoio às pessoas idosas vítimas de crime, bem como a prevenção da violência e da vitimação neste específica faixa etária.

Procuraremos compreender melhor algumas das especificidades da violência contra estas vítimas especialmente vulneráveis, abordando os desafios de envelhecer em Portugal. Iremos conhecer algumas propostas sobre trabalho em rede, acreditando que esta tem de ser uma resposta de prevenção e intervenção em situações de violência.

O evento inclui ainda um workshop sobre o regime do maior acompanhado, tema recorrente para quem diariamente contacta com diversas situações e precisa de uma resposta adequada às necessidades.

A participação no evento é gratuita, mas carece de inscrição obrigatória.

Programa, inscrições e informações: apav.pt/jornadas

APAV de Braga promove debate sobre violência contra os idosos

Regional 27.04.2021 12H22

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), promove, no dia 20 de maio, a 3ª edição das Jornadas de Braga Contra a Violência, este ano realizadas no online e dedicadas ao debate sobre a violência contra idosos.

O programa, que pode ser conhecido aqui, inclui três painéis e um workshop e vai contar com figuras como a procuradora-geral, Joana Marques Vidal, o presidente da Câmara de Braga, Ricardo Rio, ou a psicóloga do ACES do Alto Ave, Maria José Ramos.

À RUM, a gestora da APAV de Braga explica que a temática do evento pretende dar eco "a uma forma de violência que estatisticamente não se reflete" na realidade e que o debate tem o objetivo de encontrar "formas de prevenir e intervir nestas situações que têm associadas vulnerabilidades específicas" aos mais velhos.

A responsável acrescenta que a pandemia da Covid-19 e os consequentes períodos largos de confinamento podem ter mascarado os números da violência doméstica contra os idosos (que ainda não são públicos, devendo ser conhecidos nas próximas semanas) e lembra que são "necessárias estratégias para saber o que fazer perante relatos que estas pessoas possam verbalizar".

Além do debate, a edição online das jornadas de Braga Contra a Violência inclui um workshop sobre o regime do maior acompanhado. A participação no evento, que será transmitido através da plataforma zoom, é gratuita, mas carece de inscrição obrigatória que pode ser submetida aqui.

Crimes de pornografia e aliciamento de menores online aumentaram em 2020

27/04/2021

CARLA BERNARDINO

Pandemia e confinamento fizeram disparar o aumento do número de casos sobretudo por causa de crimes como pornografia de menores ou aliciamento de menores para fins sexuais online

Quase 1 600 crianças alvo de violência sexual foram ajudadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos últimos cinco anos, sobretudo raparigas entre os 8 e os 17 anos, na maior parte vítimas de abuso sexual.

Segundo os dados mais recentes do projeto Rede CARE – Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual, a que a Lusa teve acesso, **1.599 crianças tiveram o apoio especializado da APAV nos últimos cinco anos, 432 delas em 2020,** um número que foi sempre aumentando anualmente desde a criação da rede em 2016.

Nesse primeiro ano foram apoiadas 195 crianças e jovens, tendo o número aumentado para 251 em 2017, 304 em 2018, 417 em 2019 e 432 em 2020, o que significa que **entre 2016 e 2020 o número de crianças ajudadas pela APAV através deste projeto aumentou quase 122%.**

Em declarações à agência Lusa, a coordenadora da rede explicou que, apesar de os crimes de natureza sexual não serem os mais reportados, continuam a ser **crimes com "impacto muito significativo não só nas crianças e jovens, mas também nas famílias"**, defendendo, no entanto, que estes números demonstram uma maior consciencialização para o problema.

"Passa-se aqui também uma maior sensibilização para esta problemática e uma quebra de barreiras porque normalmente estamos a falar de uma situação de violência muito vetada ao segredo e à manutenção dentro do círculo mais restrito possível", apontou Carla Ferreira, justificando que o aumento no número de crianças apoiadas resulta do trabalho de prevenção feito ao longo destes cinco anos.

Por outro lado, apontou que o facto de as crianças e jovens terem ficado mais tempo em casa, na sequência do confinamento por causa da covid-19, e mais ligadas à internet, também pode explicar o aumento do número de casos sobretudo por causa de crimes como pornografia de menores ou aliciamento de menores para fins sexuais.

A responsável sublinhou que se trata de um fenómeno que "continua e vai continuar a acontecer", e que, frequentemente é perpetrado por pessoas que a criança conhece, "a maior parte das vezes dentro da própria família".

Os dados da APAV mostram que em 51% dos casos, a situação de violência sexual aconteceu dentro da família, sendo que dentro desta percentagem estão casos em que o autor da agressão foi o pai ou a mãe (18,5%), padrasto ou madrasta (12%), avô ou avó (4,6%), tio ou tia (5,3%), irmão ou irmã (2,3%) ou outro familiar (8,2%).

Mesmo quando a agressão se passou fora do seio familiar, o que aconteceu em 40,8% dos casos que chegaram à APAV, houve 12,4% situações em que o agressor era conhecido da criança ou jovem vítimas.

O perfil feito pela APAV mostra que em 79,8% dos casos a vítima era do sexo feminino, contra 19% em que eram rapazes, sendo que em 90,5% dos casos os agressores eram homens.

Já no que diz respeito à faixa etária, houve 262 casos em que as vítimas tinham entre zero e sete anos, 450 vítimas com idade entre os 08 e os 13 anos, outras 577 com idade entre os 14 e os 17 anos, mas também 242 casos em que as vítimas tinham mais de 18 anos, além de outros 68 casos em que não foi possível apurar a idade da vítima.

APAV abre novo Gabinete de Apoio à Vítima

O espaço tem como propósito apoiar as vítimas de todas as tipologias de crime, facultando "apoio emocional, jurídico, psicológico, social e prático"

BY FÁTIMA MISSIONÁRIA
14 DE ABRIL, 2021

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) inaugura pelas 15h00 desta quinta-feira, 15 de abril, um novo Gabinete de Apoio à Vítima (GAV), em Almada, no distrito de Setúbal. O objetivo é “criar uma resposta que apoie as vítimas de qualquer tipologia de crime, familiares e amigos”, indicam os serviços de comunicação da APAV.

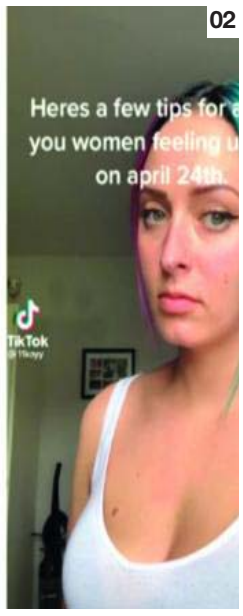
O novo espaço vai “disponibilizar apoio emocional, jurídico, psicológico, social e prático, com atendimento e acompanhamento confidencial e gratuito”, destaca a associação nacional, adiantando que em “2019, foram registados pelas autoridades policiais quase sete mil crimes em Almada, com principal incidência nos crimes contra o património, contra as pessoas e contra a vida em sociedade”. Nesse mesmo ano, a APAV “apoiou, no concelho, um total de 156 vítimas de crime e de violência”.

O GAV de Almada estará em funcionamento num espaço cedido pelo município local, e torna-se numa realidade no seguimento de um Protocolo de Cooperação, assinado entre a autarquia de Almada e a APAV. A sessão de inauguração deverá contar com a presença de Inês de Medeiros, presidente da Câmara Municipal de Almada, e de João Lázaro, presidente da APAV.

Através da inauguração deste espaço, a APAV estende a sua rede nacional de serviços de proximidade, a qual contempla Gabinetes de Apoio à Vítima, Equipas Móveis de Apoio à Vítima, Polos de Atendimento em Itinerância, Sub-Redes Especializadas, Casas de Abrigo, Sistema Integrado de Apoio à Distância e Linha Internet Segura. O GAV de Almada estará de portas abertas nos dias úteis, das 09h30 às 13h00 e das 14h00 às 17h30.

"Dia Internacional da Violação". Entre o descrédito e o medo, o rumor ganha força

Em março, com a saída da Turquia da Convenção de Istambul, uma onda de revolta contra as mulheres surgiu, tendo crescido o sentimento de impunidade perante o abuso sexual. Na rede social TikTok, seis homens terão decretado o dia 24 de abril como a data em que a violação do género feminino é permitida.



MARIA MOREIRA RATO
maria.rato@ionline.pt

Era uma noite tranquila a de 30 de outubro de 1938. Tudo parecia correr com normalidade até que a rede de rádio *CBS - Columbia Broadcasting System* interrompeu a sua programação musical para noticiar a invasão terrena por extraterrestres. A "notícia em edição extraordinária" tratava-se da dramatização, por Orson Welles, do livro de ficção científica **A Guerra dos Mundos**, do escritor inglês Herbert George Wells.

Naquela hora, além de levar a que a *CBS* ultrapassasse a emissora concorrente *NBC*, a radionovela desencadeou o pânico em várias cidades norte-americanas, até porque o programa foi ouvido por seis milhões de pessoas. Destas, metade sintonizou quando o programa já havia começado, perdendo a introdução em que Welles explicava que aquele seria o 17.º segmento semanal de radioteatro.

Welles aliou a dramatização da obra literária, relatando a chegada de centenas de marcianos a bordo de naves extraterrestres à cidade de Grover's Mill, no estado de Nova Jersey, a outros elementos-chave que conferiram credibilidade à narrativa: reportagens no exterior, entrevistas com testemunhas da chegada dos extraterrestres, opiniões de peritos e também das autoridades, efeitos sonoros, sons ambiente, gritos e até a emoção dos supostos repórteres e comentadores.

À época, a rádio constatou que pelo menos 1 milhão e 200 mil pessoas acreditaram na história narrada. Daquelas, meio milhão consciencializou-se de que o perigo era real e entrou em pânico, sobrecarregando as linhas telefónicas aglomerando-se nas ruas e até entrando nos carros e conduzindo sem rumo. Esta fuga em massa esteve associada ao desespero também dos habitantes de Newark e Nova Iorque, cidades próximas de Grover's Mill.

No dia seguinte, o jornal *Daily News* resumiu, na manchete, a reação ao programa: "Guerra falsa na rádio espalha terror pelos Estados Unidos".

Então com 23 anos, Welles reescrevera a peça radiofónica da autoria de Howard Koch, com a colaboração de Paul Stewart, baseada na obra de Wells. Assim, a sua interpretação ficou igualmente conhecida como "rádio do pânico".

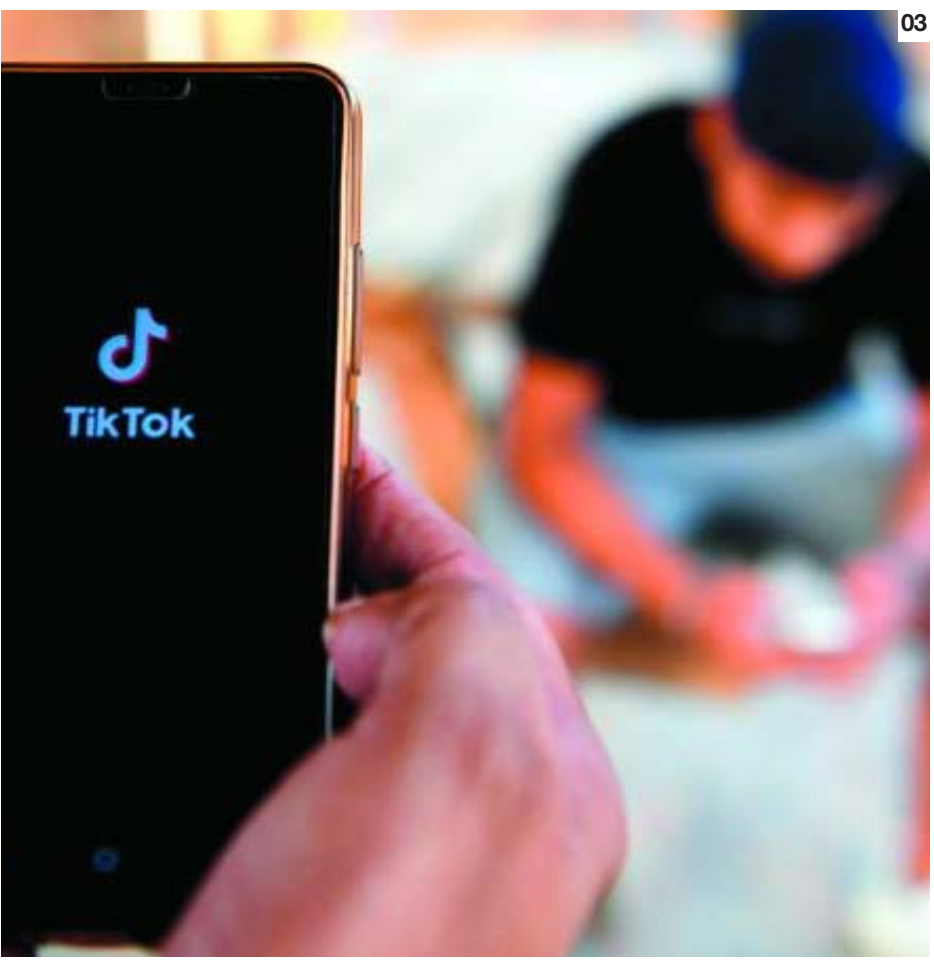
O jovem interpretou o papel de professor da Universidade de Princeton, que liderava a resistência à invasão marciana, e conseguiu criar, unindo o discurso jornalístico às artes performativas, aquele que é considerado, por muitos cien-

01 O boato terá surgido depois da saída da Turquia da Convenção de Istambul, sendo promovido por seis homens no TikTok
DR

02 Muitos utilizadores do TikTok, tanto do género feminino como do masculino, têm-se oposto a esta tentativa de celebração de um dia em que o abuso sexual é permitido
DREAMSTIME

03 O TikTok, em declarações ao USA Today, disse que tudo não passa de um rumor
AFP

01



03

tistas sociais, o programa mediático mais importante do séc. XX, sendo também ele visto como um dos melhores produtores de sempre tanto na rádio como no cinema, tendo chegado à ribalta com Citizen Kane, em 1941.

Volvidos 83 anos, os boatos parecem ganhar cada vez mais intensidade por meio das redes sociais. O "Dia Nacional da Violação", que terá sido divulgado, pela primeira vez, na rede social TikTok, transformou-se rapidamente em "Dia Internacional da Violação" e o objetivo primordial do mesmo – permitir o abuso sexual de todas as mulheres por parte de qualquer homem – leva a que os internautas se dividam entre a desconfiança e o terror.

As primeiras referências à tentativa de celebração desta data remontam ao passado mês de março, quando a Turquia abandonou a Convenção de Istambul, o primeiro tratado vinculativo do mundo para prevenir e combater a violência contra as mulheres por decreto presidencial.

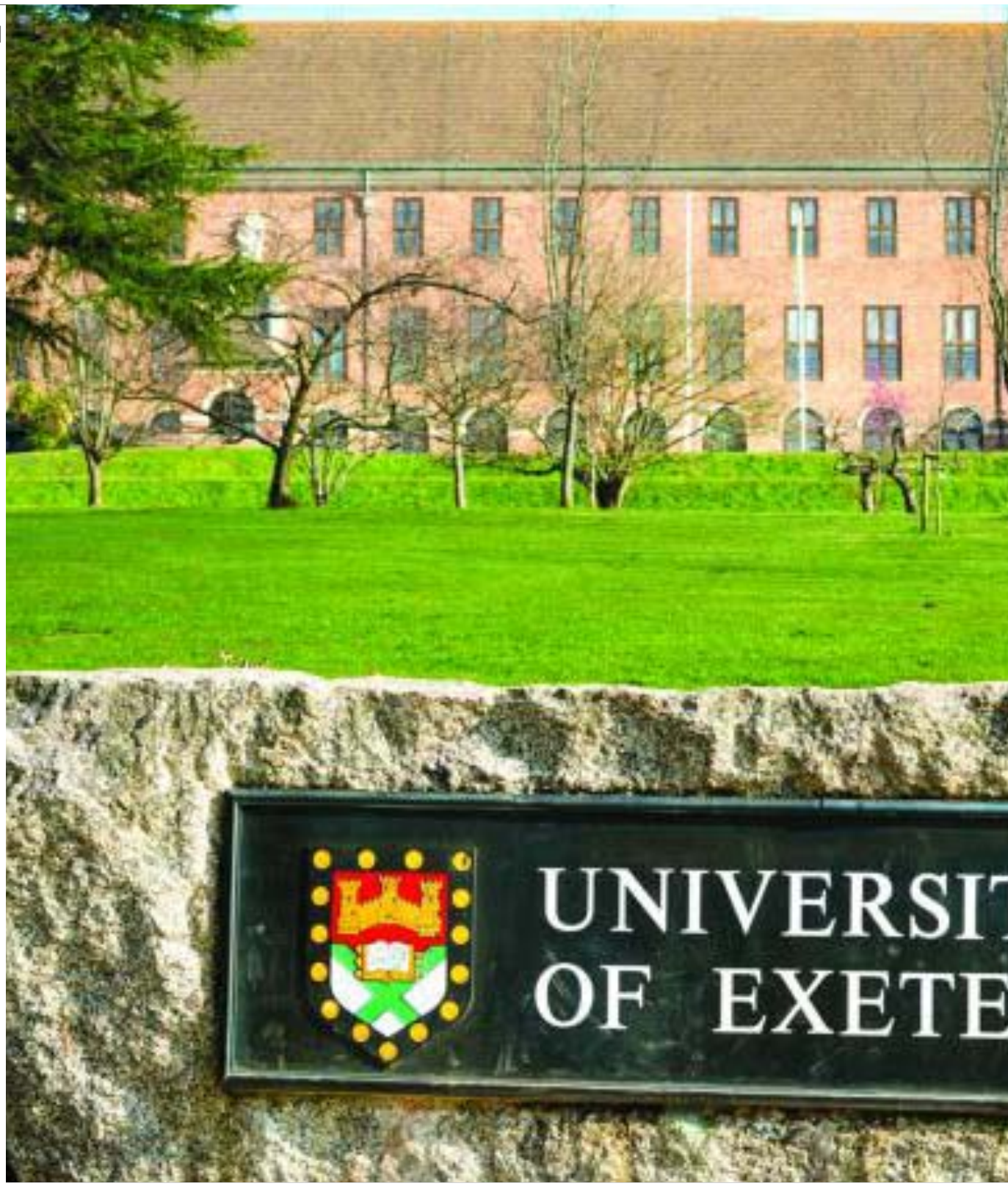
A Convenção, de 2011, assinada por 45 países e pela União Europeia, exige que os governos adotem legislação que puna a violência doméstica e abusos semelhantes, bem como a violação conjugal e a mutilação genital feminina. Os conservadores alegaram que a Convenção prejudica a unidade familiar, incentiva ao divórcio e que as suas referências à igualdade estão a ser usadas pela comunidade LGBT para obter uma aceitação mais ampla na sociedade.

Deste modo, seis homens terão aproveitado esta decisão política para motivar o abuso sexual de mulheres, captando a sua tomada de posição em vídeo, divulgando-o no TikTok e até partilhando alegadamente um manual em que os leitores poderiam aprender a perpetrar este ilícito.

Ainda que esta informação seja desmentida por alguns órgãos de informação e alvo de sérias dúvidas por parte de outros, o boato lançou a semente do ódio online e tornaram-se frequentes as publicações em redes sociais como o Twitter ou o Instagram em que o género feminino é aconselhado a ser especialmente cuidadoso e a proteger-se no próximo sábado, sendo o confinamento voluntário fomentado.

"Manter a nossa comunidade segura é a prioridade e não toleramos conteúdo que promovam ou glorifiquem atos sexuais não consensuais, incluindo violação e agressão sexual", escreveu um porta-voz da TikTok num e-mail enviado ao USA Today. "Embora não tenhamos encontrado evidências, na nossa plataforma,

continua na página seguinte >>



>> continuação da página anterior

de quaisquer vídeos relacionados com este assunto, a nossa equipa de segurança permanece vigilante e removeremos o conteúdo que viole as nossas políticas", acrescentou.

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE EXETER DEBAIXO DE FOGO À semelhança das consequências d'**A Guerra dos Mundos**, também o Dia Internacional da Violação parece surtir efeitos na vida real. Têm circulado online rumores conectados à existência de um grupo com mais de 100 alunos da Universidade de Exeter, no Reino Unido, que estarão a planear "violar o máximo de raparigas até ao dia 24 de abril".

"Esta parece ser uma farsa que se originou no TikTok e, desde então, se espalhou pelo mundo, com o objetivo de causar medo e jogar com preocupações sérias e genuínas em relação à agressão sexual. Transmitimos esses boatos à polícia e aconselhamos os estudantes a ignorar os rumores e a não divulgá-los", explicou Garth Davies, líder do gabinete de comunicação da instituição de Ensino Superior anteriormente mencionada, ao i. A seu lado, a polícia dos condados de Devon e Cornwall disse ao *The Exeter Tab* que está "atualmente a investigar a credibilidade do grupo".

O QUE DIZ ESTA IDEIA DA SOCIEDADE? "O conceito de boato cobre uma ampla gama de realidades: notícias ?falsas ou não verificadas, é claro, mas também quaisquer erros jornalísticos ou manobras de desinformação quando revelados publicamente, quaisquer preconceitos e estereótipos transformados em narrativas, algumas ?peças de propaganda são ambíguas o suficiente, alguns embustes que seus autores não matam, algumas lendas contemporâneas realistas e até mesmo alguns exemplos de marketing viral", pode ler-se na entrada "Rumour" da **International Encyclopedia Of Communication**.

"O termo é antigo e originalmente tinha umsignificado próximo a reputação e fama. Em Roma, o boato era usado no contexto da justiça, como quando Quintilius o listou entre as ferramentas, incluindo registos, torturas, juramentos e testemunhas", lê-se na obra mencionada.

"O rumor existe desde tempos imemoriais, foi durante séculos o principal meio de comunicação nas pequenas comunidades e as suas consequências eram circunscritas. Hoje o rumor, por via das redes sociais/media digitais, pode tomar proporções planetárias com consequências imprevisíveis e muito difíceis de controlar, como parece ser este o caso", frisa Filipa Subtil, doutorada em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e docente na Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa.

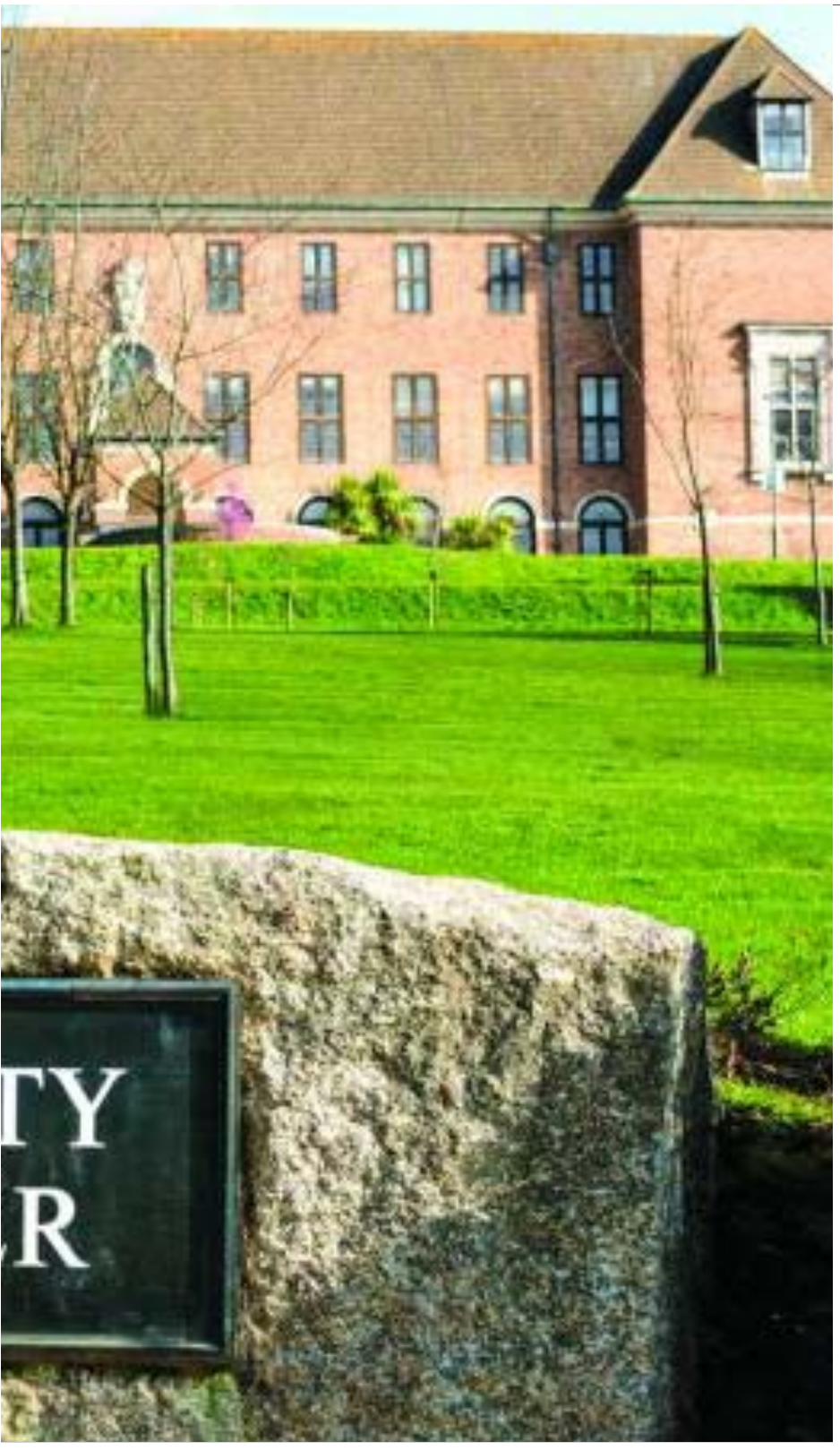
"Neste caso concreto, face a uma crescente sensibilidade no mundo ocidental relativa à violência de género e à crescente visibilidade que o tema tem tido nos media, a reação destes grupos/pessoas (que não se identificam, que são anónimos) com tendências homofóbicas pode ser vista como uma tentativa de contra-propaganda, tentando de uma forma desesperada, da pior forma, desacreditar e ridicularizar os que não pensam como eles", avança a investigadora que se tem centrado na sociologia da Comunicação, na teoria social dos media nos EUA e Canadá e nas problemáticas que relacionam os media com as questões de género, domínios onde tem publicado artigos e capítulos de livros, orientado teses e organizado diversos eventos científicos.

"De qualquer modo, é preciso ser cuidadoso nas generalizações. Estamos com toda a certeza a falar de um conjunto de indivíduos muito minoritário, cujo principal intuito é lançar o pânico, a confusão na rede... Esperemos que não passe disso mesmo", conclui a co-editora e autora de **Media and Portuguese Empire** e d' **A Crise do Jornalismo em Portugal**, que publicou também **Compreender os Media. As Extensões de McLuhan**.

"Haverá seguramente uma dimensão performática nisto: esta publicitação não quer dizer que os atos sejam consuma-

"Estamos com certeza a falar de um conjunto de indivíduos muito minoritário", diz Fernandes da Silva

"A masculinidade tóxica aponta uma espécie de cultura falocêntrica", explica o sociólogo Sedas Nunes



Na Internet, terá surgido a mensagem de que mais de 100 estudantes da Universidade de Exeter pretendem "violar o máximo de mulheres" até sábado

DR

dos. É uma fantasia muito comum da parte dos homens e isso não quer dizer que a concretizem", indica, a seu lado, João Sedas Nunes, doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, docente na mesma e investigador do CICS/NOVA nas áreas das sociologias do desporto, da juventude, do género e da inserção profissional.

"Há aqui uma grande diferença. Em primeiro lugar, eu não gosto da expressão, mas a masculinidade tóxica, de alguma maneira, aponta uma questão muito importante nas nossas sociedades que é uma espécie de cultura falocêntrica que está muito associada a uma masculinidade que se organiza em torno de uma dramática de posse", clarifica o coordenador da Secção de Sociologia do Desporto da Associação Portuguesa de Sociologia.

"Possuir uma mulher ou um parceiro, julgo que esta dramática é transversal. A ideia passa por tomar propriedade. Tem uma dimensão simbólica e outra que se materializa. Quem viola é punido por lei, mas tem inerente uma pulsão de objetificação e acaba por ser de desumanização. Não é só não haver reconhecimento de estatuto ou de condição semelhante, mas sim de uma humanidade comum que serve de base aos seres humanos, sejam do mesmo género ou não", argumenta o investigador.

"Hoje o rumor pode tomar proporções planetárias", elucida a socióloga e docente Filipa Subtil

"Estamos próximos de uma legalização do ato de violar do ponto de vista do imaginário", diz o professor da FCSH

Para Sedas Nunes, "transformar o parceiro numa coisa que se possui ou não, e que tem de se possuir para se fazer prova de que se é homem" mostra que "estamos próximos de uma legalização do ato de violar do ponto de vista do imaginário".

"Este universo de ficção da sexualidade, da relação entre os géneros, que passa pela afirmação destes pontos de vista, num plano simbólico muito violento, não quer dizer que se traduza num ato. Como é isto possível? Tem a ver com a disseminação das redes sociais, que permitem a democratização. E esta fez com que as fontes de controlo do discurso não se diluíssem, mas sim que se multiplicassem", divulga o sociólogo sobre as inúmeras possibilidades de interação social promovidas pelas novas tecnologias, não colocando de parte, contudo, a noção de que "continua a haver pessoas que censuram este posicionamento, mas também aquelas que o autorizam".

"As redes funcionam não só como um espelho que nos devolve uma imagem, mas que também a evidencia. Neste processo de alargamento, a mensagem também se legitima. Esta democratização que possibilita a quebra da fronteira entre o privado e o público de pontos de vistas 'imorais'", avança o coordenador e investigador principal do projecto **A condição adepta em Portugal: entre gramáticas morais e disposições individuais**.

"Não é a questão da impunidade, mas um grande convite a que sejamos verdadeiros. Partilhamos aquilo que estamos constantemente a reprimir", clarifica Sedas Nunes, adiantando que "estamos muito convencidos, desde as Revoluções Liberais, de que a humanidade em comum é consensual no mundo Ocidental, mas, em muitos contextos de expressão, de personas sociais, essa propriedade humanística dos seres humanos desaparece".

"E a relação com os outros é fundamentalmente económica, como se os outros fossem instrumentos dos nossos interesses. Como se as pessoas não fossem vistas como pessoas, mas sim como objetos do nosso desejo", explica, não estando crente, porém, de que as mulheres serão alvo de abusos sexuais em massa no próximo sábado.

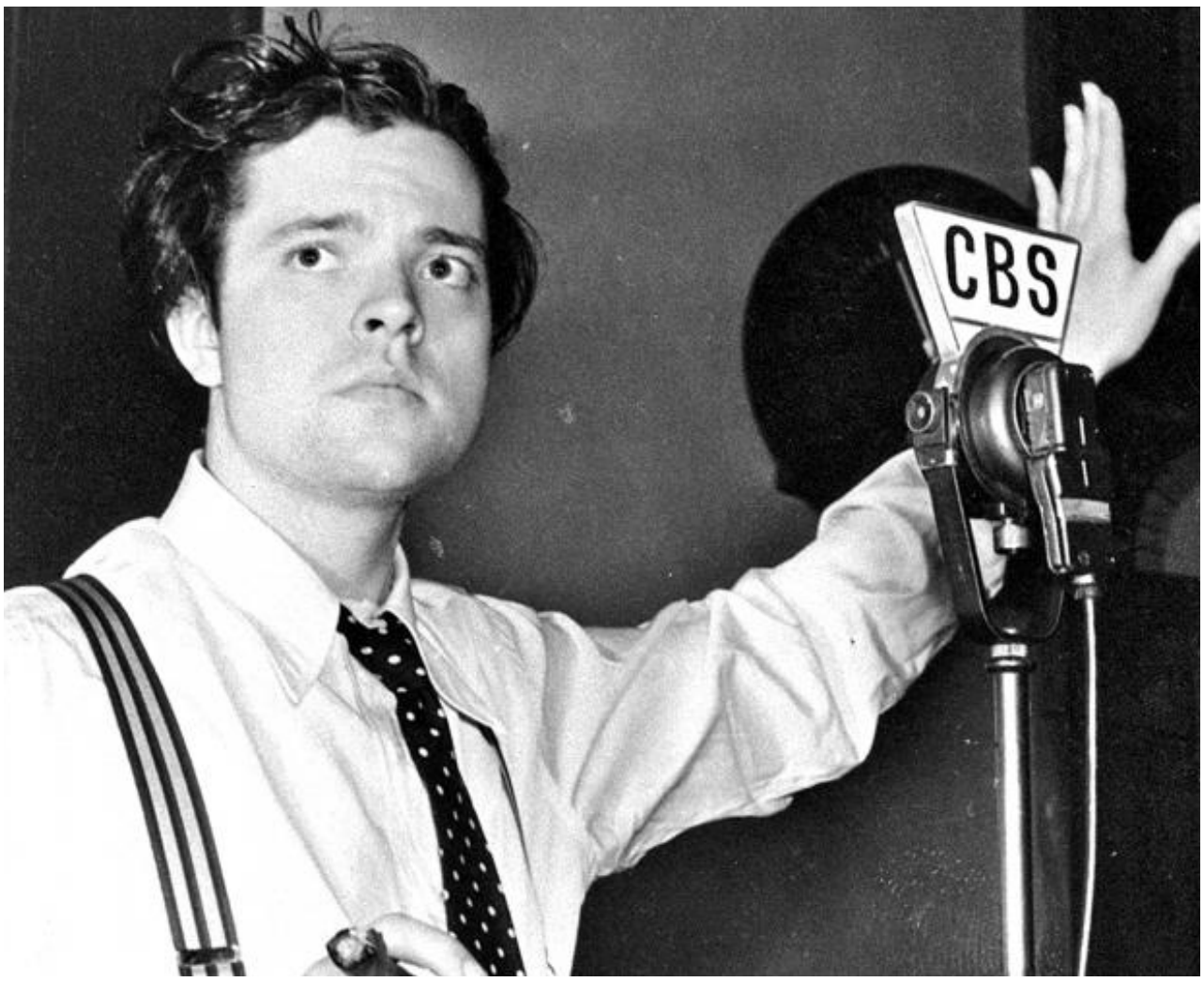
"A maior parte das pessoas sabe que deixou pistas, anunciou que faria isto e aquilo e, mesmo fazendo recurso a pseudónimos, sabe que pode ser encontrada pelas autoridades policiais", finaliza.

A MENTE DE QUEM DISSEMINA A MENSAGEM "Em rigor e em nome da honestidade intelectual, não é possível definir características gerais", começa por explicar Carlos Fernandes da Silva, diretor do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro ao *i*, adicionando que "os motivos destes ilícitos são variados", sendo que estas pessoas podem padecer de "perturbação antissocial da personalidade – violam regras e costumes pelo prazer de as violar, porém imputáveis face à lei porque possuem consciência da ilicitude dos atos, abusadores sexuais – não necessariamente com patologia psicológica ou psiquiátrica, mas com desenvolvimento sociopático por identificação com valores de determinadas subculturas" ou até "pessoas que simplesmente gostam de brincar com assuntos muito sérios e que deveriam ser seriamente punidos pelas consequências dessas brincadeiras".

Naquilo que diz respeito ao contributo destes indivíduos para a desordem social e o crescimento do temor, o psicólogo clínico e docente catedrático refere que "têm um sentimento de impunidade que difere em relação a quem o faz fora do meio virtual porque existe uma elevada probabilidade (e crença) de não ser detido e julgado".

"Desde o desconforto e recusa aberta

continua na página seguinte >>



No dia 30 de outubro de 1938, com um programa de rádio simulando uma invasão extraterrestre, Orson Welles desencadeou o pânico na costa leste dos EUA

DR

>> continuação da página anterior

em participar até ao desejo de participar e promover", declara o profissional de saúde sobre os sentimentos que poderão proliferar em quem tomar conhecimento desta iniciativa, acreditando que "mostrar medo favorece este tipo de ações criminosas", "porém, as mulheres deverão estar atentas a comportamentos suspeitos e não circularem sozinhas".

"Os 'ismos' não são a melhor forma de defender direitos (feminismos, etc.). As mulheres deverão mostrar no dia a dia que são diferentes dos homens (porque há diferenças) mas iguais em dignidade e competências", elucida o pós-graduado em Neurociências pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, não esquecendo de salientar que esta poderá "ser uma tentativa de semear o medo via Internet", até porque "o aumento dos movimentos políticos e religiosos extremistas pode facilitar este tipo de ilícitos".

Mesmo que o abuso sexual feminino em massa não ocorra, Fernandes da Silva – autor dos livros **Teorias da Aprendizagem** e **Intervenção Psicológica em Perturbações de Personalidade** – diz que esta ideia mostra "que as democracias não conseguem garantir liberdades (diferentes de licenciosidade) e garantias porque amiúde são moles face aos ilícitos e aos criminosos e duras com os agentes da administração da justiça e das polícias". Por outro lado, realça "a ignorância generalizada dos povos que se preferem a intriga social em detrimento da ciência, artes e cultura em geral".

O POSICIONAMENTO DA APAV Em resposta às questões colocadas pelo *i*, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) diz que "tem conhecimento da onda de reações, nas redes sociais, a um alegado vídeo de apologia à violação contra mulheres no dia 24 de abril", sendo que "o assunto está a ser comentado e a ter muita visibilidade, principalmente a nível internacional".

"A APAV alerta que, até ao momento, não tendo informação sobre a veracidade deste vídeo nem tendo sido comprovada a origem do mesmo, a situação pode tratar-se de um rumor que está a ser amplamente divulgado através das redes sociais e que está a ter um efeito perverso: alguns intervenientes que partilham este rumor fazem apologia à violência", esclarece, adicionando que "a rede social TikTok, principal plataforma em causa nesta situação, manifestou publicamente não ter conhecimento do alegado vídeo de apologia à violação contra mulheres no dia 24 de abril".

A APAV "tem conhecimento da onda de reações" ao alegado "Dia Internacional da Violação"

"Não se afigura que essa iniciativa se encontre a lograr impacto em Portugal", garante a PSP em declarações ao i

O órgão que tem como missão apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais explica que "não sendo confirmada a existência deste vídeo, a APAV chama a atenção relativamente à responsabilidade que cada um tem no que diz respeito à partilha de informação online e o efeito que esta pode ter na propagação de informação não confirmada na Internet" e, neste caso, "a divulgação massiva nas redes sociais que está a ser feita a nível internacional ao invés de garantir a segurança das pessoas pode promover a criação de situações de violência".

"Para todos os efeitos, qualquer pessoa que tenha conhecimento de conteúdo ilegal online, nomeadamente de apologia à violência, deve denunciá-lo na própria plataforma em que o mesmo se encontra e denunciar a situação às autoridades", salienta, deixando alertas para garantia da veracidade da informação divulgada online: confirmar a fonte, o autor do conteúdo e a mensagem que o mesmo pretende passar.

"Sublinhamos a importância de que todos/as tenham conhecimento de que a violação é um crime que deve ser denunciado às autoridades. A APAV está disponível para prestar apoio através do 116 006 e dos seus Gabinetes de Apoio à Vítima", assegura, adicionando que a Linha Internet Segura está disponível para esclarecimento e apoio ao cidadão e dispõe de um serviço de denúncia de conteúdos ilegais online. Funciona nos dias úteis, das 8h às 22h, através do contacto telefónico gratuito 800 21 90 90 e do e-mail linhainternetsegura@apav.pt.

ENQUADRAMENTO PENAL "Não se afigura que essa iniciativa se encontre a lograr impacto em Portugal. Não obstante, a PSP manter-se-á atenta a qualquer desenvolvimento, apelando a que qualquer pessoa que seja vitimizada o comunique de imediato em qualquer Esquadra ou via 112, seja a prática concretizada ou meramente tentada", explicita a PSP contactada pelo *i*.

Apesar disso, David Silva Ramalho, advogado, associado principal na equipa de Contencioso Criminal, Risco e Compliance da Morais Leitão, informa que "o Código Penal português pune, no seu artigo 297.º, a instigação pública a um crime, com uma pena máxima de 3 anos de prisão, ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal".

"Para o crime se ter por consumado basta que o agente, em reunião pública, através de meio de comunicação social, por divulgação de escrito ou outro meio de reprodução técnica, provocar ou incitar à prática de um crime determinado, neste caso o de violação, mas possivelmente também o de coacção sexual ou afins", diz o assistente convidado de Direito Penal e Processo Penal na Faculdade de Direito da Universidade Lisboa, investigador no Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais e associado do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais.

"Não é sequer necessário que o crime seja efectivamente praticado. Aliás, a ser praticado, é possível sustentar que a pessoa que incita possa ser considerada materialmente um instigador do crime sexual em causa, o que poderá levar a que seja punida em termos análogos aos do autor do crime", conclui.

RTP NOTÍCIAS

PAÍS

atualizado 27 Abril 2021, 09:50

APAV. Quase 80% das vítimas de violência sexual são do género feminino

por RTP

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima faz, em média, 12 atendimentos por dia. Entre 2016 e 2020 foram apoiadas 1600 crianças e jovens. O Relatório da Rede CARE identifica quase 22 mil atendimentos durante esse período.

OBSERVADOR

Pelo menos uma criança por dia é vítima de abusos sexuais

Número citado em relatório da APAV pode representar, na prática, apenas um terço dos casos reais. Denúncias aumentam desde 2016.

Todos os meses são denunciados cerca de 27 casos de abusos sexuais de menores, numa estatística que parte apenas dos abusos sinalizados junto da Associação Portuguesa Apoio à Vítima (APAV).

O Jornal de Notícias cita esta quarta-feira um relatório da APAV, revelado na terça-feira, e que apresenta uma realidade que pode ser bem mais grave: o número de vítimas citado poderá representar apenas 30 a 40% do total de casos de "abusos sexuais, violações ou importunações sexuais de menores" no país, adianta o documento.

Os dados recolhidos pela Rede CARE, uma rede especializada da APAV, indicam que em 90% dos casos o abusador é próximo da vítima, sendo que mais de metade dos episódios acontecem em contexto familiar e não são pontuais, decorrendo de forma continuada.

Os casos estão a crescer — se em 2016 tinham sido denunciados 195 casos, no ano passado o número já subiu para 432 — mas os especialistas alertam que isto pode até ser um indicador positivo, uma vez que pode significar que há cada vez mais vítimas a serem sinalizadas e denúncias a serem feitas.

A Rede CARE tem por objetivo apoiar "crianças e jovens vítimas de violência sexual de forma especializada, bem como as suas famílias e amigos/as", e funciona como uma rede especializada da APAV para este tipo de abusos. Como recorda o site deste projeto, uma denúncia deste género pode ser feita junto do Ministério Público, da PJ, PSP ou GNR.

EXCLUSIVOS

Violência sexual contra crianças na Internet dispara: Ensino à distância aumentou risco

APAV registou grande aumento de pedidos de ajuda, especialmente nos meses de confinamento. Números mostram crescimento de 92% dos crimes de pornografia infantil.

Pedro Zagacho Gonçalves(pedrogoncalves@cmjornal.pt) e Iúri Martins(iurimartins@cmjornal.pt) • 27 de Abril de 2021 às 01:30

1.600 crianças vítimas de violência sexual segundo APAV

APRIL 27, 2021

Este é o espaço para ficar a saber as principais notícias do dia, às 13:00.

O jornal é transmitido da redação e do estúdio da TVI, numa envolvente de 360º, oferecendo aos espectadores uma nova experiência informativa, com jornais muito completos, modernos e diversificados, contemplando diversos géneros jornalísticos, enquadrados em áreas específicas do cenário.

O Jornal da Uma apresenta-se como um produto completo e global, mais abrangente e coerente, reforçando o carácter distintivo da informação da estação, marcado por um jornalismo atento e responsável; determinado e ousado; equilibrado e dinâmico.

É também uma proposta de um jornalismo de proximidade, um jornalismo que se preocupa com os verdadeiros problemas do nosso tempo e das nossas vidas e os trata de forma profissional e séria.

PORTO canal

APAV ajudou quase 1,600 crianças vítimas de violência sexual

27-04-2021 10:11 | Norte
Porto Canal

Like Be the first of your friends to like this.

A Associação Portuguesa de Apoio à vítima, já ajudou, nos últimos cinco anos, cerca de 1,600 crianças que sofrem de violência sexual. Segundo os dados mais recentes publicados pela APAV, as vítimas são sobretudo raparigas entre os 8 e os 17 anos.

A gestora técnica da 'Rede Care', Apoio a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual, Carla Ferreira, afirma que "a maior parte das situações acontece no contexto familiar, com quem os jovens coabitam".

Entre 2016 e 2020 o número de crianças ajudadas pela associação aumentou quase 122%.

Expresso

Queixas por pornografia infantil e aliciamento de menores quase duplicaram em ano de pandemia

Ted Aljibe/Getty Images

Ao longo dos últimos cinco anos, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apoiou em média todos os meses 27 crianças e jovens vítimas de violência sexual

As queixas por pornografia infantil e aliciamento de menores quase duplicaram no ano passado, comparativamente a 2019. Os dados foram adiantados ao Expresso por Carla Ferreira, gestora da Rede Care, um projeto da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) que dá apoio a crianças e jovens vítimas de violência doméstica.

Se em 2019 7% das queixas diziam respeito a esses dois crimes, em **2020 esse número subiu para 13,2%**, explica a responsável, segundo a qual **estas foram as situações que deram origem ao maior aumento no número de pedidos de apoio registados no ano passado**. Os dados "vão no mesmo sentido" dos que constam do Relatório Anual de Segurança Interna de 2020 (RASI), segundo o qual 47,2% dos crimes de violência contra crianças e jovens estão relacionados com a pornografia de menores, sublinha Carla Ferreira. "Também notamos um aumento desse tipo de situações em contexto online. É um contexto de riscos acrescidos, tendo em conta que, durante a pandemia, as crianças e os jovens passaram muito mais tempo online."

Ao longo do último ano, a rede Care apoiou **432 crianças ou jovens vítimas de violência sexual**, mais 15 que ano anterior. "O que chama a atenção é o facto de, num ano de pandemia, com praticamente dois meses de confinamento obrigatório e muitos constrangimentos ao nível dos contactos presenciais, ter havido um acréscimo nos pedidos de ajuda."

Segundo a responsável, crimes como o de abuso sexual "ocorrem muitas vezes quando determinado membro da família ou outra pessoa se encontra sozinha com a criança ou jovem", nomeadamente nas idas à escola. Com a pandemia, as circunstâncias em que isso acontece passaram a ser menos, "porque passou a haver outro adulto por perto em casa ou irmãos ou outros familiares". Ou seja, "a oportunidade para o abuso decresceu" mas ainda assim registou-se um aumento do número de crianças e jovens apoiados, vítimas de violência sexual. A pergunta é assumidamente retórica: "Isto faz-nos questionar: o que aconteceria, então, se não tivesse havido esta pandemia?", questiona Carla Ferreira.

APOIADAS 27 CRIANÇAS E JOVENS POR MÊS

Entre 2016 e 2020, **a Rede Care deu apoio a 1.599 crianças e jovens:** foram 195 em 2016, 251 em 2017, 304 em 2018, 417 em 2019 e, em 2020, as já referidas 432. **Em média, foram apoiadas 27 por mês. A maior parte das vítimas era do sexo feminino (79,8%)**, um dado "muito consistente ao longo do tempo", diz Carla Ferreira. **Já a esmagadora maioria dos autores da violência era do sexo masculino (90,5%).**

Quanto às idades, **destaca-se a faixa etária dos 14 aos 17 anos**, com 577 pedidos de apoio; segue-se a faixa etária dos 8 aos 13 anos (450 pedidos de apoio), dos 0 aos 7 anos (262 pedidos de apoio) e **18 ou mais anos,** com **242 pedidos de apoio** (nos restantes casos não foi possível apurar a idade), o que corresponde, neste último caso, a 15% dos casos apoiados.

A gestora do projeto da APAV destaca precisamente isso. **"São situações ocorridas na infância mas que só são partilhadas mais tarde.** Regra geral, são os próprios jovens, que nunca antes haviam pedido ajuda por causa disso, que tomam a iniciativa de falar connosco sobre o assunto." Umas vezes para "pedir apoio emocional e psicológico", outras "para tentar perceber se legalmente ainda podem fazer alguma coisa" contra a pessoa da qual foram vítimas. Também por isso é tão "importante a **prevenção"**, diz Carla Ferreira. "É necessário termos crianças e jovens capacitados para evitar situações de violência desde o mais cedo possível - capacitados com ferramentas que lhes permitam pedir ajuda logo de início."

Ainda de acordo com o relatório, **a maioria destas situações ocorreu no meio familiar** (51,0%) e envolveu sobretudo **o pai ou a mãe da vítima** (18,5%), mas também o padrasto ou a madrasta (12,0%), o tio ou a tia (5,3%), o avô ou a avó (4,6%) e o irmão ou a irmã (2,3%). Também houve outros familiares responsáveis pela situação (8,2% dos casos).

Já as situações ocorridas em contexto extrafamiliar (40,8% do total) envolveram sobretudo **pessoas conhecidas da vítima** (12,4%); seguem-se os pedidos de apoio devido a situações envolvendo pessoas desconhecidas (7,0%), colegas e amigos (6,3%), outra relação (5,3%), vizinhos (4,4%), namorado ou ex-namorado (3,0%), funcionários da escola (2,5%) e funcionários de outras atividades (1,2%).

Quanto à **tipologia dos crimes**, destaca-se o **abuso sexual de menores** (59,8%), seguindo-se a importunação sexual (8,4%), o abuso sexual de menores dependentes ou em situação particularmente vulnerável (7,0%), a violação (6,5%) e a pornografia (5,3%), de um total de 12 crimes listados. Há outro dado em destaque no relatório: é que a maioria destes atos foi praticada de forma continuada.

Foram apoiadas crianças e jovens vítimas de violência sexual residentes em **197 dos 308 concelhos de Portugal** (64%). Concelhos estes localizados sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa (445 pedidos de apoio), mas também na região Norte (445), Centro (179), Algarve (99), Alentejo (94), Açores (62) e Madeira (25).

Também foram apoiados familiares e amigos destas crianças e jovens ao longo dos últimos cinco anos, num total de 173. Uma grande parte das situações reportadas no relatório foi denunciada à polícia e aos tribunais (76,4%) mas em 13,3% das situações essa denúncia partiu da APAV, depois de tomar conhecimento dos casos através, sobretudo, "de familiares, amigos ou conhecidos", como refere o relatório.

Expresso

Exclusivo

ECONOMIA

IRS. Uma cruzinha basta para ajudar uma associação (e o dinheiro não lhe sai do bolso). Sabia?

Ilustração Tiago Pereira Santos

61% dos contribuintes portugueses não o fazem - muitos por desconhecimento - mas há uma forma de ajudar uma instituição sem dispensar dinheiro. Na hora de preencher e entregar a declaração de IRS, basta pouco mais de uma cruzinha. Nós explicamos

A partir desta quinta-feira, começou a época de preencher e de entregar a declaração de IRS e há uma oportunidade (algo escondida) para fazer o Estado ajudar uma instituição sem perder dinheiro. Chama-se **consignação do IRS, atribui 0,5% da sua coleta** a uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), misericórdia, fundação, teatro, centro social e paroquial, bombeiros, entre outras entidades. Há mais de quatro mil à espera da generosidade dos contribuintes - pode consultar a lista aqui.

E COMO SE FAZ?

No momento de preencher o IRS, há um quadro, o 11, com o título "**Consignação de 0,5% do IRS / Consignação do Benefício de 15% do IVA Suportado**", seguido de quatro opções: instituições religiosas, instituições particulares de solidariedade social, pessoas coletivas de utilidade pública e fins ambientais e instituições culturais com estatuto de utilidade pública.

O contribuinte deve **selecionar a opção onde se inclui a instituição que quer ajudar, ir buscar o seu número de contribuinte à lista, preencher com ele o quadro que diz "NIF" e, ao lado, colocar uma cruzinha na opção "IRS".**

Dr.

"Mesmo para as pessoas que têm IRS a pagar, ao colocarem esta cruzinha estão a ajudar, porque o que conta não é se recebem ou se pagam, é apenas a liquidação do IRS", explica o contabilista Vitor Silva.

SÓ 49% DAS PESSOAS FIZERAM CONSIGNAÇÃO DO IRS EM 2020

De acordo com dados da GfK, num estudo encomendado pela Operação Nariz Vermelho (ONV) e pela Associação de Apoio à Vítima (APAV) em 2020, 61% dos contribuintes portugueses não consignam imposto na hora de preencher a declaração: **18% porque desconhecem ter essa opção, 44% porque, mesmo sabendo que existe, não a usam**.

Segundo nota enviada ao Expresso, em 2020 mais de 22 mil pessoas consignaram o seu IRS à ONV, um aumento de perto de 800 pessoas face a 2019. "Muitas vezes perguntamo-nos como é que podemos apoiar uma causa com significado para nós, de uma forma acessível, que não obrigue a gastar dinheiro nem nos roube muito tempo. Essa forma é a consignação do IRS", afirma Rosária Jorge, Diretora Executiva da Operação Nariz Vermelho, acrescentando que este ano, com todas as condicionantes que a pandemia trouxe, esta forma de ser solidário ganha ainda mais relevo.

Já na perspetiva de Vitor Silva, "as pessoas não o fazem porque têm sempre algum receio": **Do outro lado está sempre um papão que nos vai tirar dinheiro.** Qualquer cruzinha que façamos na declaração vai dar-nos receio". O contabilista garante ainda que "**como existe pouca adesão das pessoas, as próprias IPSS não fazem disto uma receita significativa. Mas são valores sempre bem-vindos porque estas instituições vivem da solidariedade".**

O QUE ACONTECE SE A CRUZINHA FOR NA OPÇÃO "IVA"?

Enquanto que, no caso da consignação do IRS é "exatamente igual para as pessoas colocarem a cruzinha ou não" (ou seja, a diferença é que se colocarem a cruzinha estão a ajudar uma instituição)**, "no caso do IVA já não é assim**", explica ao Expresso Vitor Silva.

Em causa está a possibilidade de recuperação de 15% do IVA pago em faturas de mecânicos, restaurantes, alojamento, cabeleireiros, salões de beleza e veterinários e 100% do IVA pago em faturas de passes sociais - isto quando o contribuinte pede fatura com NIF.

Ao contrário da consignação do IRS, a consignação do IVA implica um custo, que pode ser receber menos reembolso ou ter de entregar mais imposto adicional na altura da dedução de IRS. **Optar pela cruzinha na consignação do IVA significa doar esse benefício fiscal à instituição e ficar sem o receber.** No limite, o contribuinte está a entregar a uma instituição o valor que também perderia se não tivesse pedido faturas com número de contribuinte.